



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 16

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA

O Presidente do Senado Federal convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 do mês em curso, às 10h 45m, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem o compromisso dos Excelentíssimos Senhores Marechal Arthur da Costa e Silva e Doutor Pedro Aleixo, respectivamente como Presidente e Vice-Presidente da República, na forma do disposto na Constituição Federal (art. 141, número III e 83) e no Regimento Comum (arts. 1º, nº III, 13, 14 e 15).

Senado Federal, 6 de março de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

#### CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 2, 7, 8, 9 e 14 de março, 3, 6, 13, 18, 19 e 25 de abril do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Brasília, 1º de março de 1967  
AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

#### SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 9 de março, às 21.30:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.231-B-65, na Câmara e nº 212-66, no Senado, que altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 50-B-63, na Câmara e nº 136-65, no Senado, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.634-B-66 na Câmara e nº 138-66 no Senado, que concede inserção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares;

Dia 14 de março, às 21.30:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.663-B-66 na Câmara e nº 148-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-66 (C.N.), que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19-66 (C.N.), que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia e dá outras providências;

Dia 5 de abril, às 21.30:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 18-66 (C.N.) que dispõe sobre concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.153-B-64, na Câmara e nº 146-66, no Senado, que prevê sobre o procedimento sumário para os crimes sujeitos à pena de multa ou de detenção até um ano e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 21-57, no Senado e nº 2.590-B-61, na Câmara, que regula a prestação de alimentos provisionais as

vítimas de acidentes pessoais de transportes e a seus beneficiários e estabelece outras providências;

Dia 6 de abril, às 21.30:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.022-B-63, na Câmara e nº 321-65, no Senado, que dispõe sobre o salário-mínimo de menores e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.171-B-57, na Câmara e nº 23-65, no Senado, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.679-B-62, na Câmara e nº 132-64, no Senado, que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a faltar em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na sustentação da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço.

Dia 13 de abril, às 21.30:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.906-A-66, na Câmara e nº 253-66, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.859-A-66, na Câmara e 251-66, no Senado, que dispõe sobre a Política Econômica da Borracha, regula sua execução e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.957-A-66, da Câmara e nº 283-66, no Senado, que dispõe sobre a aplicação da correção monetária, prevista na Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965, a todas as avaliações de que possa resultar a venda forçada de bens;

Dia 18 de abril, às 21.30:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.976-A-66 na Câmara e nº 270-66, no Senado, que altera sem aumento de despesas dotações do Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.002-A-66, na Câmara e 222-66, no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal do Tribunal Regional de Trabalho da Primeira Região e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.811-B-62 na Câmara e nº 164-66, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000,00 para a instalação, organização e funcionamento do Estado do Acre e dá outras providências;

Dia 19 de abril, às 21.30:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.879-B-66, na Câmara e 7-67, no Senado, que reifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.876-B-66, na Câmara e 6-67, no Senado, que autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 442.486.900 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região — destinado a atender, no corrente exercício, a dotações orçamentárias que especifica, consideradas insuficientes;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.861-66, na Câmara e nº 4-67, no Senado, que abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho — 1ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 24.475.000,00 para atender ao pagamento de vantagens incorporadas a juizes e funcionários aposentados do seu Quadro de Pessoal;

Dia 25 de abril, às 21.30:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.862-B-66 na Câmara e nº 5-67, no Senado, que autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — para atender a despesa com o pagamento de salário-família a juizes e funcionários aposentados daquele Tribunal;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.451-66 na Câmara e nº 152-66, no Senado, que amplia o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 23-66 (C.N.) que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação

## SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de março de 1967, às 21 horas e 30 minutos

## ORDEM DO DIA

## Vetos presidenciais:

1.º — Ao Projeto de Lei n.º 3.231-B-63 na Câmara e n.º 212-66 no Senado, que altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso (veto total);

2.º — Ao Projeto de Lei n.º 50-E-63 na Câmara e n.º 136-65 no Senado, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências (veto total);

3.º — Ao Projeto de Lei n.º 3.634-66 na Câmara e n.º 138-66 no Senado, que concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico hospitalares (veto parcial).

## ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1.º	Totalidade do projeto
2	2.º	Totalidade do projeto
3	3.º	§ 3.º do art. 1.º

## SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de março de 1967, às 21 horas e 30 minutos

## ORDEM DO DIA

## Vetos presidenciais (parciais):

1.º — Ao Projeto de Lei n.º 3.663-D-66 na Câmara e n.º 148-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências;

2.º — Ao Projeto de Lei n.º 13-66 (C.N.), que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;

3.º — Ao Projeto de Lei n.º 19-66 (C.N.), que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

## ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1.º	Parágrafo único do art. 11
2	2.º	Inciso III do § 3.º do art. 52
3	2.º	§ 4.º do art. 52
4	3.º	§ 2.º do art. 59
5	3.º	Art. 61

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1967

Dispõe sobre o hasteamento, pelo Congresso Nacional, das bandeiras dos Estados; institui a Distinção Parlamentar, e dá outras providências.

Art. 1.º Nas sessões solenes e nas comemorativas de datas cívicas, o Congresso Nacional hasteará as bandeiras dos Estados da Federação.

Parágrafo único. O hasteamento far-se-á no recinto, em local próprio, e defronte ao Palácio do Congresso.

Art. 2.º É instituída a Distinção Parlamentar a cidadãos estrangeiros não residentes no Brasil, em nível de condecoração nos mesmos graus das Ordens do Mérito Nacionais.

Parágrafo único. A Distinção Parlamentar será conferida por ato do Conselho constituído pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.

Art. 3.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 21, DE 1967

Nomeia Moisés Júlio Pereira, Ajudante de Almozarife, PL-7.

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Ajudante de Almozarife, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Moisés Júlio Pereira.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES I

## FUNCIONARIOS

Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00	Semestre	Cr\$	89,00
Ano	Cr\$	96,00	Ano	Cr\$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Cr\$	136,00	Ano	Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1967

Nomeia Arthur Carvalho Calmon, Ajudante de Conservador de Documentos, PL-7.

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Ajudante de Conservador de Documentos, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Arthur Carvalho Calmon.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1967

Nomeia Heber de Macedo Godinho, Ajudante de Almozarife, PL-7.

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Ajudante de Almozarife, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Heber de Macedo Godinho.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, n.º 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1967

Nomeia Geraldo Gama de Azevedo, Conservador de Documentos, PL-6.

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado de provimento efetivo, de Conservador de Documentos, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Geraldo Gama de Azevedo.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 25, DE 1967

Nomeia para o cargo de Assessor-Legislativo, PL-2, Dyrno Juraúdir Pires Ferreira, candidato habilitado em concurso.

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 55, alínea "c", item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1963, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Assessor-Legislativo, PL-2, do Quadro de Secretaria do Senado Federal, Dyrno Juraúdir Pires Ferreira.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1967

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rolfo Maciel, Oficial-Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É prorrogada, por mais 1 (um) ano, a partir de 9 de fevereiro do corrente ano, a licença concedida pela Resolução nº 1, de 1965, que pôs à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1963, com vencimentos, o Oficial-Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Sebastião Ruy Rolfo Maciel.

Senado Federal, 8 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 27, DE 1967

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar-Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É prorrogada, por mais 1 (um) ano, a partir de 9 de fevereiro do corrente ano, a licença concedida pela Resolução nº 3, de 1966, que pôs à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369 da Resolução nº 6, de 1963, com

vencimentos, o Auxiliar-Legislativo PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Luiz Renato Vieira da Fonseca.

Senado Federal, 8 de março de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1967

Aposenta José Vicente de Oliveira Martins, Assessor-Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 181, item I, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 241, item III, e 349, da Resolução nº 6, de 1963, e a gratificação adicional a que faz jus, o Assessor-Legislativo, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Vicente de Oliveira Martins.

Senado Federal, 1 de fevereiro de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

(\*) Republicada por ter saído com incorreção no D.C.N. de 4-2-67 e no D.C.N. de 3-3-67.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1967

Aposenta Maria Tereza Barreto Coelho, Diretor, PL-1, do Quadro Anexo do Senado Federal.

Artigo único. É aposentada de acordo com o art. 181, § 1º da Constituição Federal, combinado com os arts. 241, item IV e 249, da Resolução nº 6, de 1963, e a gratificação adicional a que faz jus, com os proventos do cargo de Vice-Diretor-Geral, PL-0 e Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria Tereza Barreto Coelho.

Senado Federal, 2 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

(\*) Republicada por ter saído com incorreção no D.C.N. de 3-3-67. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 1964

## ATA DA 5ª SESSÃO, EM 8 DE MARÇO DE 1967

## 1ª Sessão Legislativa ordinária, da 5ª Legislatura

## PRESIDÊNCIA DOS SRS. CAIETE PINHEIRO E AURORA ANDRADE

As 10 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Silva  
Alvaro Maia  
Arthur Viana  
Jairbas Passarinho  
Caiete Pinheiro  
Leão da Silveira  
Odonor Mota  
Sebastião Archer  
Petronio Portela  
José Cândido  
Menezes Diniz  
Wilson Gonçalves  
Duarde Filho  
Dinarte Maia  
Manoel Vilhago  
Argemiro de Figueiredo  
José Euríbio  
Rui Palmeira  
José Leite  
Antônio Balbino  
Carlos Lindemberg  
Raul Chiberti  
Paulo Torres  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Milton Carneiro  
Eduardo Villagómez  
Carlos do Amaral  
Leão de Mattos  
Júlio Abraham  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Rizério Mota  
Né Braga  
Adolpho Franco

Melo Braga  
Antônio Carlos  
Guido Mondim  
Daniel Krüger  
Mem de Sá

## O SR. PRESIDENTE:

(Caiete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Senhores Senadores. Havendo número regulamentar, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

## EXPEDIENTE

## MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

## Mensagem nº 153, de 1967

(Nº 177-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

A fim de reexaminar o assunto, solicitado a Vossa Excelência a retirada da Mensagem número 9, de 13 de janeiro de 1967, em que foi submetido à aprovação dos Ilustres Membros do Senado Federal o nome do Bacharel Otto Rocha, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal.

Brasília, 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

## Mensagem nº 154, de 1967

(Nº 183-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

A fim de reexaminar o assunto, solicitado a Vossa Excelência a retirada

da Mensagem nº 116, de 18 de janeiro de 1967, em que foi submetida à aprovação dos Ilustres Membros do Senado Federal o nome do Bacharel Juarez do Nascimento Fernandes de Távora Filho, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Pernambuco.

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

## Mensagem nº 155, de 1967

(Nº 194-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

A fim de reexaminar o assunto solicitado a Vossa Excelência a retirada da Mensagem número 43, de 11 de janeiro de 1967, em que foi submetido à aprovação dos Ilustres Membros do Senado Federal o nome do Bacharel Paulo Brito Távora, para exercer o cargo de Juiz Federal em Brasília.

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

## Mensagem nº 156, de 1967

(Nº 173-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1956, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Otto Rocha, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Distrito Federal.

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

## CURRICULUM VITAE

Otto Rocha

Filiação: Carlos Rocha e Esmeraldina Barroso Rocha.

Data do Nascimento: 11 de agosto de 1918.

Na nacionalidade: São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Estado Civil: Casado.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, turma de 1950.

Nomeado auxiliar de longa-corta da Secretaria de Finanças, em Belo Horizonte, por concurso de provas, em 1937.

Transferido para o extinto Departamento do Serviço do Café do Estado de Minas Gerais, em 1939, para exercer o cargo de praticante.

Promovido a 4º Oficial, em 1942 e a 3º Oficial em 1944.

Reintegro no Departamento do extinto Departamento da Fazenda de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em 1945.

Designado advogado da Fide de Viçosa Parana-Santa Catarina Es.

cratório do Rio de Janeiro, em março de 1951.

Nomeado Procurador de 3ª categoria, em 1953, por concurso de títulos (Lei nº 2.123-53).

Requisitado, em 1957, para exercer as funções de Assistente do Consultor Geral da República.

Com a criação da Rede Ferroviária Federal S. A. foi convocado, em outubro de 1957, para Assessor do Diretor Jurídico da Empresa.

Organizado o Departamento Jurídico da Rede, em 1958, foi servir naquele órgão, na qualidade de Procurador.

Em junho de 1960, foi designado, por Decisão da Diretoria, para exercer as funções de Representante Jurídico da Rede Ferroviária Federal S. A., em Brasília.

Por ofício G-102-63, de 22-11-1963, do Exmo. Senhor Ministro Presidente do Egrégio Supremo Tribunal Federal, foi colocado à disposição daquele Tribunal, para exercer o cargo de Secretário Jurídico.

Pela Resolução nº 9, de maio de 1964, do Senhor Coronel Interventor da Rede Ferroviária Federal S. A., foi designado para responder pela Chefia do Escritório de Representação da Rede Ferroviária Federal S. A. sem prejuízo das funções de Representante Jurídico.

Por decreto do Exmº Senhor Presidente da República de 23 de fevereiro de 1965, foi promovido, por merecimento, no Quadro Extinto — Parte XIII — do Ministério da Viação e Obras Públicas, a Procurador de 2ª categoria.

Exerce, atualmente, as funções cumulativas de Chefe do Escritório de Representação e de Representante Jurídico da Rede Ferroviária Federal S. A., em Brasília.

Carta de Solicitador em 1948 — Interito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do antigo Distrito Federal, sob o número 6.056 — tendo exercido ininterruptamente a advocacia, no fóro do Rio de Janeiro e junto aos Tribunais Superiores, desde 1951 até 1960, quando se transferiu para a Capital.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 157, de 1967

(Nº 179-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do § 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Augusto Thibau Guimarães, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Roraima.

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

Nome: Carlos Augusto Thibau Guimarães

Filiação: Aristides Thibau Guimarães e Heloisa Tavares Thibau Guimarães

Data do nascimento: 11 de outubro de 1940

Naturalidade: Rio de Janeiro — GB

Estado civil: Solteiro.

Curso de bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara — Turma de 1963.

Em 1962, a convite do Dr. Arnold Wald, então seu professor de Direito Civil na Faculdade e atualmente Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, ingressou no seu escritório de advocacia, onde começou a militar na profissão, ainda na qualidade de solicitador.

Atualmente trabalha como advogado (em caráter temporário, nos termos da Legislação Trabalhista) no Ministério da Saúde, onde funciona como assistente jurídico do Diretor da Divisão do Pessoal, tendo antes exercido as funções de assistente do Consultor Jurídico do mesmo Ministério. Concluiu mais os seguintes cursos de extensão universitária:

Curso de Direitos Humanos, do Centro de Estudos Políticos, do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara.

Curso de especialização para candidatos à Magistratura, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Curso de Criminologia Aplicada, sobre sistemas penais, do Instituto de Criminologia, da Universidade do Estado da Guanabara.

Curso de Criminologia Aplicada, sobre Direito Penal nos Congressos Internacionais, do Instituto de Criminologia, da Universidade do Estado da Guanabara.

Curso de Criminologia Aplicada, sobre o Ministério Público, do Instituto de Criminologia, da Universidade do Estado da Guanabara.

Curso de especialização de Direito Penal e Direito Judiciário Penal para candidatos à Magistratura e ao Ministério Público, ministrado no Clube dos Advogados, do Estado da Guanabara.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 158, de 1967

(Nº 180-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do § 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel João Augusto Didier do Rêgo Maciel, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal.

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

João Augusto Didier do Rêgo Maciel  
Naturalidade: Brasileira, Natural da Bahia

Idade: 33 anos.

Estado Civil: Casado

Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro)

Profissão: Advogado e Consultor Jurídico da Aliança da Bahia.

Cursos de Extensão Universitária:

1. Novos métodos de Investigação Criminal

Patrocínio do Instituto de Criminologia

2. Criminalística, idem, idem.

3. Criminologia Norte-americana Idem, idem.

4. Curso Superior de Criminologia Aplicada.

Idem, idem.

5. Curso de Direito Internacional Patrocínio do Instituto de Criminologia

6. Curso de Direito Privado Romano Patrocínio da Universidade do Brasil

7. Curso de Direito Penal Patrocínio da Universidade do Brasil

8. Parapsicologia Aplicada Patrocínio do Instituto de Parapsicologia

Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Comendador da Ordem do Rio Branco.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 159, de 1967

(Nº 182-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Artigo 74, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Mauricio Paes Barreto, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Rondônia.

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco

#### CURRICULUM VITAE

Mauricio Paes Barreto

Cursos: Direito — Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Finanças e Contas Públicas, Direito Tributário, Organização Racional do Trabalho, Direito Público Comparado, Geopolítica, Administração e Superior de Guerra.

Titulos: Bacharel em Direito, Advogado, Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Professor, Membro da

Sociedade Geográfica Brasileira, Diplomado pela Escola Superior de Guerra, Membro da Associação dos Advogados de São Paulo, Ex-membro do Corpo Permanente (docente) da Escola Superior de Guerra e Oficial da Reserva do Exército.

Atividades, Comissões: Advogado nos auditórios de SP, GB e interior do país (desde 40). Ex-consultor jurídico de entidades públicas e privadas. Diretor (substituto) da extinta Recebedoria Federal em São Paulo. Estagiário da Escola Superior de Guerra (61). Membro do Corpo Permanente, ESG (62-63-64). Adjunto da Divisão de Assuntos Políticos, ESG (62). Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos, ESG (63-64). Diretor de Relações Públicas, ADESG (63-64). Consultor Jurídico ADESG (63-64). Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, Rio Grande do Norte (64). Representante da ADESG, naquele Estado (64). Assessor Jurídico da Direção-Geral da Fazenda Nacional (64-65-66) e Corregedor do Departamento Federal de Segurança Pública (67).

Trabalhos: Arrazoados forenses. Pareceres e teses de Direito. Estudos e relatórios técnico-administrativos. Pesquisas e projetos fazendários. Teses na Escola Superior de Guerra. Serviço jurídico de defesa da Fazenda, São Paulo 1950-1960. Simpósios, comissões, grupos de trabalho, ESG (61-62-63). Estudos e conferências, ESG (62-63). Planejamento da Segurança Nacional, ESG (61-62-63). Ciclos de estudos e conferências, ADESG (63-64). Pareceres jurídicos, ADESG 1963-65. Estudos e pareceres jurídicos, Direção-Geral da Fazenda Nacional (64-65-66).

A Comissão de Constituição e Justiça

#### Mensagem nº 160, de 1967

(Nº 181-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do disposto no artigo 9 da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, tenho a honra de submeter a aprovação de Vossas Excelências a indicação do Doutor Raul de Góes, cujo "curriculum vitae" segue em anexo, para exercer a função de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Brasília, em 7 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

RAUL DE GÓES

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, a 23 de novembro de 1907.

Fêz o curso secundário no Colégio Sete de Setembro de Natal e no Liceu Paraibano, da Capital da Paraíba.

E' economista diplomado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco.

Jornalista militante, dirigiu durante algum tempo, o matutino "O Norte" de João Pessoa e a Sucursal dos "Diários Associados", na Paraíba. Dirige, atualmente, a "Revista das Classes Produtoras", órgão oficial da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, como sede no Rio de Janeiro.

Publicou os seguintes livros: "Beau-repaire Rohan, Um Estadista do Império", "Hermann Lundgren, Pioneiro do Progresso Industrial do Nordeste", "Evocando Epitáfio", "A Lição Americana" e "Um Sueco Emigra para o Nordeste".

Diretor-Geral do Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba. Nessa função chefiou o Recenseamento Nacional de 1940, naquele Estado. Foi Secretário do Governo e Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, na Paraíba (Governador Argemiro de Figueiredo).

Exerceu, no Rio de Janeiro, durante dois períodos, a presidência do 2º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na qualidade de representante das entidades do Comércio.

Presidente do Instituto Brasileiro do Sal no Governo Getúlio Vargas (1951-1954). Foi sob a sua administração, nessa autarquia, que se instalaram no Estado do Rio de Janeiro salinas pelo processo de evaporação, a vácuo, solucionando-se, desse modo, os angustiantes problemas do sal fluminense, que, até então, nunca conseguira boa penetração nos mercados consumidores.

Membro do Conselho Nacional do Petróleo durante cerca de cinco anos, como representante da Federação das Associações Comerciais.

Em 1957 fez parte da Representação do Governo Brasileiro, como Delegado, à Conferência Internacional do Trabalho, realizado em Genebra.

Foi eleito Deputado Federal pelo Estado da Paraíba em 1958, sendo reeleito em 1962, obtendo expressiva votação em ambos os pleitos.

Na Câmara dos Deputados fez parte da Comissão de Finanças e da Comissão de Relações Exteriores.

O Deputado Raul de Góes foi agraciado pelo Governo do Brasil com as condecorações da Ordem do Mérito Militar, do Mérito Naval (no grau de Comendador), do Mérito Aeronáutico (no grau de Oficial) e pelo Governo de Portugal foi também distinguido com a Ordem da Cruz de Cristo e da do Infante Dom Henrique (grau de Comendador).

A Comissão de Economia

#### OFÍCIO DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

Nº 235, de 7 de mês em curso (submete ao Senado Federal a escolha do Bacharel José Wamberto Pinheiro de Assunção para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador Vasconcelos Torres, a quem dou a palavra.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, é por demais sabido, não só pelo Congresso Nacional, mas pela própria população de Brasília, a posição de crítica que assumi em determinados momentos, quando a cidade se esvaziava, sem conteúdo, com as obras paralisadas e com o regresso em massa dos congressistas que não acreditava na nova capital. Eu mesmo já relatei — e guardo comigo cicatrizes — a experiência amarga daqueles primeiros momentos quando trouxe a minha família, acreditando que aqui encontraria escolas para os meus filhos, deixando-me levar pela propaganda bem feita de que este centro seria o mais adiantado, no que diz respeito à educação primária e secundária, com os melhores professores, com as melhores escolas. Gerando a decepção veio e não apenas eu, vários dos então deputados federais retornaram aos seus Estados de origem.

O que me impressionou, também, Sr. Presidente, foi que Brasília, sendo uma cidade nova, apresentava logo no seu início todas as características de uma cidade velha — as favelas ao lado do próprio Palácio da Alvorada, a Cidade Livre à sua ilharga, choupanas, palhoças, casebres de taipa. Um quadro que não condizia, de maneira alguma, com a imagem planejada que se fazia no exterior de que a Nova Capital era, em todo momento, uma obra-prima, uma obra variada dos anais da vida brasileira.

Depois fui notando que os moradores de Brasília passaram a adquirir uma consciência local, o que é muito importante para o desenvolvimento de qualquer comunidade, e já os aques e as críticas tornam aos novos brasilienses, principalmente aos congressistas, que se radicaram, os congressistas que se radicaram, na vastidão do Planalto Central. E mesmo tive a oportunidade de receber reparos por parte da imprensa, quando ocupava a tribuna ou em apêndice relatava o que de mal observava nesta cidade.

Sr. Presidente, a crítica tem valor moral quando a pessoa reconhece posteriormente que com ela conseguiu alguma coisa de certo. Esse valor da crítica só pode ser ressaltado pela volta à tribuna, para dizer, como o faço agora, que Brasília mudou nesses últimos tempos. Quero marcar, Srs. Senadores, nesta nova cidade, duas etapas: a etapa anterior a Plínio Cantanhede e a etapa posterior a Plínio Cantanhede, antes e depois do atual Prefeito.

E o que me traz a tribuna, neste instante. Leio e ouço que o Prefeito de Brasília será substituído, dentro em breve, com a aprovação do Presidente Costa e Silva.

Intendo eu que um crítico continuado, que não se dá de trazer ao Senado da República a opinião que reina em todas as ruas, casa e vilas de Brasília, de decepção em torno da mudança que se anuncia. Ora, Srs. Senadores, não tenho, individualmente, nada com esse problema, que é da alçada do Presidente da República. Entre tanto, o Senado tem porque ser chamado a homologar ou não a escolha do futuro prefeito de Brasília.

Daqui pergunto ao novo chefe do governo — por que mudar o que está certo? Por que alterar a administração que conseguiu humanizar Brasília?

Eu que nunca pensei que aqui nasceresse grama, e disse, de uma feita, logo no início, que nem tiririca me-queria em Brasília hoje estou vendo patinhos ajardinados semelhantes aos existentes nas principais capitais do mundo.

Uma coisa, me parece, impercível do Engenheiro Plínio Cantanhede, no meu modesto modo de entender, deveria continuar.

Intendo que esse apelo não é só meu e tomo o silêncio com que sou ouvido, neste instante como o endosso unânime do Senado as minhas palavras. Creio que todos aplaudam a solicitação do povo de Brasília no sentido de que ela chegue aos ouvidos de S. Exa. o Sr. Marechal Arar de Costa e Silva.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite a V. Exa. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Na verdade, V. Exa. não de assunto importante. Lamentavelmente, temos de voltar a tribuna de que se trata de um fato de caráter local, e não de uma questão de ordem pública. Mesmo fazendo parte de organização política que tem o direito de se referir a assuntos dessa natureza, ou formular apelos ao futuro Presidente da República, nós, da Oposição, entendemos, unanimemente, que encontramos na atuação do Prefeito Plínio Cantanhede a demonstração do homem capaz, sob todos os aspectos, de governar esta cidade, Brasília, como muito bem assinalou V. Exa. passou, através da sua administração, por transformação radical: hoje, Brasília transforma-se numa cidade-jardim. Nota-se o interesse do Prefeito em toda a parte, tanto no Plano Piloto como nas cidades-satélites.

Vê-se serviço mecanizado, coisa que empolga a toda testemunha insuspeita que observa o que se passa na administração. O apelo de V. Exa. a ele não juntaria o apelo não pessoal de oposição, porque me sinto sem forças para tanto, mas acredito que, como V. Exa. acaba de declarar, só deve mudar o que está errado. Creio que nenhum outro administrador possa realizar ou mesmo continuar a obra que está sendo realizada pelo Engenheiro Plínio Cantanhede nesta Capital. Melhor obra do que ele realiza parece impossível fazer porque S. Exa. além de administrador exemplar, tem a paixão de servir, a paixão de governar, tem amor a Brasília e quer ver Brasília transformada, como ele próprio disse, numa cidade que tenha condições de habitabilidade e que seja, no futuro, a cidade-jardim talvez do mundo.

O Sr. Mem de Sá — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — Quero fazer minhas as declarações do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. Creio que o Engenheiro Plínio Cantanhede é, realmente, um Prefeito excepcional e merece o respeito daqueles que gostam de Brasília e até dos que não gostam porque ele humanizou esta cidade; pôde cumprir um programa de benefícios coletivos, um programa excepcional. S. Exa. merece, realmente, a justa homenagem que V. Exa. presta, à qual peço que junte, também, o apoio das minhas palavras.

O Sr. José Ernirio — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Sr. José Ernirio — Congratulando com V. Exa., Senador Vasconcelos Torres, por ter se antecedido a um pedido que fiz à Secretaria da Prefeitura de Brasília, V. Exa. traz ao Plenário desta Casa apelo muito justo, qual seja o de se lutar — não logo pedir porque a Oposição nada pode — para que seja conservado na Prefeitura um nome, da categoria do engenheiro Plínio Cantanhede. S. Exa. cuidou não só da arborização, mas de todos os setores, em todo o Plano Piloto e cidades-satélites. Continua lutando e removendo todos os obstáculos ao desenvolvimento de Brasília. Como disse, congratulo-me com as palavras de V. Exa. porque é de inteira justiça a continuação do Sr. Plínio Cantanhede na Prefeitura da Capital da República.

O Sr. Murilo Martins — O orador permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Murilo Martins — Como representante da Guanabara e membro da Oposição, e evidente que, no que se refere a segunda condição, não estarei na posição de formular apelo ao governo, mas como representante da Guanabara devo dar meu depoimento em relação a este grande homem público, independentemente da obra que, a olhos vistos, está realizando. O Engenheiro Plínio Cantanhede foi, se não me engano, o primeiro Presidente do Instituto dos Industriários. A primeira vez que se realizou no Brasil uma obra de construção em massa para o proletariado, foi no Realengo, com um conjunto de dez mil casas. Tive oportunidade de acompanhar, como repórter, o início, o desenvolvimento dessa obra. A preocupação inicial, a primeira medida tomada pelo Engenheiro Plínio Cantanhede foi a criação de um horto florestal, antes de mais nada, para que, mais tarde, as casas a serem construídas dispusessem de jardim com plantas variadas. E realizou,

aquela obra industrializando o sistema, de modo que permitiu seu batimento, e ao mesmo tempo dando-lhe condições humanas. E é a vila modelar em matéria de construção da Previdência Social. Mais recentemente, vimos a sua ação na Administração do Porto do Rio de Janeiro; convocado, Plínio Cantanhede foi o que melhor solucionou esse problema seriíssimo, quase secular. Há, porém, uma coisa a ser destacada, além de sua competência, amor à coisa pública, capacidade de administração e a sua independência política, o honra a administração pública. Ele jamais, seja quando presidiu o Conselho Nacional do Petróleo, seja nessas funções ou em qualquer outra, jamais se deixou levar por impulsos políticos-partidários, e isso quando, durante o Estado Novo e agora, neste período, esbarravam diante dele essas filosofias autoritárias. E, mais ainda, não vimos em nenhum dia de administração do Engenheiro Plínio Cantanhede, em nenhum desses cargos, qualquer passo em favor de agendar aqueles de quem dependia. É um homem de absoluta independência, e que não faz nada da sua independência. É o administrador, e o engenheiro, mas que não quer valer-se exclusivamente da mentalidade técnica, porque S. Exa. não fica nos gráficos, não se desumaniza; S. Exa. se integra. Quando dirigiu o Instituto dos Industriários, integrou-se na família dos operários. No Cas do Porto, entrou em contato com os estivadores, com os portuários, etc. Agora, aqui, acabou-se tornando sua grande família a população de Brasília. De modo que tomei a liberdade de dar este depoimento, sem apelo algum ao governo, dizendo que, se realmente houvesse eleição para prefeito e se eu já fosse eleitor em Brasília, S. Exa. teria meu voto.

O Sr. Guido Mordin — Senador Vasconcelos Torres, a manifestação da Oposição inegavelmente emprega maior significado a intervenção de V. Exa. mas gostaria que ficasse bem marcada também a participação e representantes do governo nesta Casa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sou um representante do governo.

O Sr. Guido Mordin — V. Exa. sabe que vem desde os primeiros tempos meu amor por esta cidade. Quero traduzir o pensamento do povo de Brasília: que o Prefeito Plínio Cantanhede permaneça. Oxalá o discurso de V. Exa. tenha eco junto ao nosso futuro Presidente; é preciso que sua Excelência sinta nesta manifestação o desejo rigoroso do povo de Brasília a respeito.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado.

Sr. Presidente, este é o elogio que o Senado e o povo brasiliense fazem a conduta irreprochável do eminente Engenheiro Plínio Cantanhede. Não se podendo atacá-lo, porque nunca foi atacado, divulgou-se, à sorrelfa, que seu estado de saúde já não permitia as responsabilidades do pesado cargo. Alguém interessado em que Brasília regida e que voltem novamente as favelas e a cidade jardim estacione, divulgou à boca pequena que o Engenheiro que dirige esta Cidade não possuía mais as condições físicas para trabalho tão árduo.

Sr. Presidente, isso não é verdade. E posso adiantar aos Srs. Senadores que nunca o Sr. Plínio Cantanhede esteve tão bem de saúde quanto agora, porque é homem que se retempera e redobra as energias no trabalho difícil que tem pela frente.

Encaminhando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta ressonância à sensibilidade política do Marechal Arar de Costa e Silva, para que S. Exa. mande examinar. E da sua alçada, como disse no início de meu discurso. Pessoalmente, nada tenho com

isto. O Senado tem, porque o papel do Senado não é apenas homologar; pode aceitar, pode recusar. Se o Senado pensa assim, e se o tempo, repito a frase que anda de boca em boca em Brasília, e com a qual o povo raciocina meu discurso. Por que mudar o que está certo? Por que mudar o bem, tal como?

O SR. PRESIDENTE —

(Custódio Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO —

Senador Vasconcelos Torres, o apelo que fez ao Senado da República, para que se mantivesse na Prefeitura de Brasília o Engenheiro Plínio Cantanhede, é um apelo muito justo, e eu, como representante da Guanabara, não posso deixar de fazer o mesmo apelo. O Engenheiro Plínio Cantanhede é um homem de absoluta independência, e que não faz nada da sua independência. É o administrador, e o engenheiro, mas que não quer valer-se exclusivamente da mentalidade técnica, porque S. Exa. não fica nos gráficos, não se desumaniza; S. Exa. se integra. Quando dirigiu o Instituto dos Industriários, integrou-se na família dos operários. No Cas do Porto, entrou em contato com os estivadores, com os portuários, etc. Agora, aqui, acabou-se tornando sua grande família a população de Brasília. De modo que tomei a liberdade de dar este depoimento, sem apelo algum ao governo, dizendo que, se realmente houvesse eleição para prefeito e se eu já fosse eleitor em Brasília, S. Exa. teria meu voto.

O Sr. Guido Mordin — Senador Vasconcelos Torres, a manifestação da Oposição inegavelmente emprega maior significado a intervenção de V. Exa. mas gostaria que ficasse bem marcada também a participação e representantes do governo nesta Casa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sou um representante do governo.

O Sr. Guido Mordin — V. Exa. sabe que vem desde os primeiros tempos meu amor por esta cidade. Quero traduzir o pensamento do povo de Brasília: que o Prefeito Plínio Cantanhede permaneça. Oxalá o discurso de V. Exa. tenha eco junto ao nosso futuro Presidente; é preciso que sua Excelência sinta nesta manifestação o desejo rigoroso do povo de Brasília a respeito.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado.

Sr. Presidente, este é o elogio que o Senado e o povo brasiliense fazem a conduta irreprochável do eminente Engenheiro Plínio Cantanhede. Não se podendo atacá-lo, porque nunca foi atacado, divulgou-se, à sorrelfa, que seu estado de saúde já não permitia as responsabilidades do pesado cargo. Alguém interessado em que Brasília regida e que voltem novamente as favelas e a cidade jardim estacione, divulgou à boca pequena que o Engenheiro que dirige esta Cidade não possuía mais as condições físicas para trabalho tão árduo.

Sr. Presidente, isso não é verdade. E posso adiantar aos Srs. Senadores que nunca o Sr. Plínio Cantanhede esteve tão bem de saúde quanto agora, porque é homem que se retempera e redobra as energias no trabalho difícil que tem pela frente.



minha terra. Ministro e ex-Senador Waldemar Pedrosa, parente do Senhor Artur Reis, publicou uma carta aberta, dando apoio a um candidato a Deputado Federal pelo M.D.B., Senhor Bernardo Cabral.

No dia imediato ao da publicação da carta, o Sr. Artur Reis demitia o neto desse Ministro da função que exercia.

Teve o Sr. Artur Reis, ainda recentemente, uma divergência com digno oficial que serve em Manaus, o Cel. José Alípio — esse sim, um revolucionário antes e depois do movimento militar, visto que discordara da truculência daquele governador, dos erros clamorosos do seu governo, dos atentados à moralidade pública praticados, nesse período, conforme demonstrar ao Senado. Teve, por isso, o Cel. José Alípio, sua esposa demitida de um cargo em comissão que exercia.

Ainda recentemente, quando as urnas de Manaus anunciavam uma possível derrota da ARENA, na capital amazonense, sobretudo no Bairro de São Raimundo, numa vingança mesquinha, em plena fase de provas parciais, o governador transferiu o ginásio daquele bairro para outro bem distante.

Tais citações representam pequena amostra da truculência desse cidadão e justificam o motivo por que aguardo deixo esse o Executivo — para que não sofressem, devido a um pronunciamento meu, perseguições os parentes e amigos pobres.

Chegou, no entanto, a hora do ajuste de contas. Estamos ambos, agora, na planície, sem a escora e sem o apoio da força — que foi o que ele sempre usou — e vamos partir para esse ajuste de contas.

Começarei, hoje, com assunto que me toca profundamente: a iniqua, a ignominiosa aposentadoria do meu irmão no Tribunal de Contas.

Relatarei o fato para o conhecimento do Senado.

Na sistemática que orienta os trabalhos daquele órgão de fiscalização financeira, os processos seguem a tramitação seguinte: distribuídos para o relator, vão ao auditor, que os prepara. Depois, com vistas ao procurador seguem, finalmente, para o relator, que sobre eles profere o seu voto.

Meu irmão, Dr. Helso do Carmo Ribeiro, votou um processo de aposentadoria, acompanhando o voto do relator e o parecer do procurador. Pois bem, nenhuma medida punitiva foi aplicada ao relator, que deu o voto favorável; nenhuma medida punitiva foi aplicada ao procurador que deu o parecer; nenhuma medida foi tomada contra o auditor. A medida discriminatória, discricionária e absurda adotada apenas contra o irmão do parlamentar a quem não pôde alcançar e cuja vida devassou, de ponta a ponta, sem nada encontrar, numa tentativa de me incluir em um só daqueles IPs de triste memória, numa vingança indireta, mesquinha e infame.

E do que fez após isso trarei a prova ao Senado, a fim de que os revolucionários autênticos, esses homens dos quais podemos discordar, do ponto de vista político, mas cuja conduta havemos de reconhecer muito idealismo, muito desejo de que esta Nação siga, de fato, por trilhos de honestidade pública, de lisura na conduta dos homens que servem nos governos e nas assembleias, para que eles tomem conhecimento do que se praticou no Amazonas.

Feita a degola no Tribunal de Contas, nomeados os juizes escolhidos pelo Sr. Artur Reis, o processo foi revisto e, pasmem os Srs. Senadores, foi confirmada a aposentadoria.

E pasmem ainda em saber que, em 1953, Deputado à Assembleia Legislativa do Estado, Deputado governista, requeri a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o que estava ocorrendo nos leprosários de Manaus, depois de ficar es-

tarrecido com a passeata de homens andrajosos exibindo as suas chagas pelas ruas da cidade, a pedir comida, a pedir pão, a clamar por piedade. Confesso, Srs. Senadores, que foi o trabalho mais árduo que já desempenhei durante a minha vida pública.

Pois bem! O que eu consegui apurar, presidindo essa Comissão Parlamentar de Inquérito, é de comover mesmo a um coração empedernido. Os leprosos de Manaus há seis meses comiam um pouco de arroz com farinha; há mais de seis meses não tinham remédio, não se lhes aplacava nenhum medicamento, tanto que os atestados de óbito, quase todos, comprovavam que eles morreram de tuberculose, de fraqueza.

Verifiquei, Sr. Presidente, que os empenhos de gêneros alimentícios, que deveriam ir para os leprosários, ficaram na Secretaria de Saúde, para receber, tão-só, o visto do funcionário que dirigia esse setor do hospital; procuraram atingi-lo, e vem tentando fissão inclusive do administrador do leprosário que o gado dado como abatido para alimentação dos doentes nunca chegou no Aleixo, que é onde está localizado o hospital; verifiquei, mais, Sr. Presidente, que um prédio dado como construído com verba federal lá não se encontrava, porque fabricaram uma prestação de contas para justificar o roubo desse dinheiro.

Em 1963 rompi com meu Partido e devo dizer ao Senado que, ao romper com meu Partido, encaminhei uma carta ao seu Diretório, acompanhada da renúncia ao mandato, para que o Diretório procedesse como entendesse, encaminhando-a à Assembleia Legislativa.

O Diretório não o fez porque não quis e, tendo deixado o meu Partido, fui obrigado a deixar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Os trabalhos da Comissão pararam, não foram adiante, e logo mais a Comissão se desfazia. Mas ficaram os documentos no arquivo da Assembleia.

Pois bem, Srs. Senadores, dois dos cidadãos envolvidos nesse inquérito, dois dos cidadãos que teriam de prestar contas à Justiça, devido a esse inquérito, foram nomeados para o Tribunal de Contas.

Não sofre meu irmão Sr. Presidente, nenhum prejuízo de ordem financeira. Ao revés, está ganhando mais como aposentado do que se estivesse em atividade. Mas, homem formado que é, não se conforma nem aceita a ignomínia, a vileza com que procuraram atingi-lo, e vem tentando ressarcimento moral, que um dia encontraremos. Já recorreu ao Tribunal de Justiça do Amazonas. Encontra-se o processo em julgamento no Supremo. Já recorreu ele a instâncias do Executivo e usará de todos os meios, lícitos legais para demonstrar que o Sr. Artur Reis praticou contra ele uma ignomínia uma torpeza, uma vileza. Não pararemos, eu e ele, a luta, não cessaremos a luta, porque muito prezamos o nosso nome, e não vamos admitir que um homem em cujo Governo se verificaram escândalos administrativos que trarei ao conhecimento do Senado que um homem que nomeia para o Tribunal de Contas cidadãos envolvidos em inquérito de roubo contra leprosos tende macular o nome honrado que usamos.

Pego ao Senado releve-me ser obrigado a trazer assunto de política regional a esta tribuna mas é o único meio de que disponho para fazer ouvir meu protesto, para que depois de impresso este discurso em boletim, o povo de meu Estado o leia e tome conhecimento do que eu disse. (Muito bem!)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Teotônio Vilela  
Arnold de Melo

Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Nogueira da Gama  
Moura Andrade  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Atílio Fontana

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

— do Sr. Senador José Ermírio: Nº 67, ao Ministério da Educação e Cultura;

— do Sr. Senador Vasconcellos Torres:

Nº 69, ao Ministério da Agricultura;  
Nº 70, ao Ministério da Viação e Obras Públicas;

Nº 71, ao Ministro Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica;

Nº 73, ao Ministro da Fazenda.

Quanto aos de ns. 68 e 72, também de autoria do Sr. Senador Vasconcellos Torres, serão incluídos em Ordem do Dia, para deliberação do Plenário. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1967

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' prorrogada, por um ano, a partir de 1º de março, a licença concedida pela Resolução número 89, de 1965, que pôs à disposição do Governo do Estado do Ceará, sem vencimentos, nos termos do art. 300, item I, do Regulamento da Secretaria do Senado Federal, a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Távora.

#### Justificação

A fim de atender a pedido formulado pelo Governador do Estado do Ceará, que alega a necessidade de continuar a referida funcionária em seu trabalho de ação social junto às comunidades proletárias de Fortaleza, é que a Comissão Diretora submete à

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Item único:

Discussão, em único, dos Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça sobre as Mensagens pelas quais o Presidente da República submete ao Senado a escolha de nomes para o provimento de cargos na Justiça Federal, a saber:

Mensagem número		Data	Nome — Cargo — Estado
S. F.	Origem		
4-67	10-67	11-1-1937	José Fernando Prado Vasconcellos — Juiz Federal — Sergipe
10-67	19-67	11-1-1967	Hamilton Bittencourt Leal — Juiz Federal — Guanabara
18-67	26-67	11-1-1937	Gutenberg Lima Rodrigues — Juiz Federal — Distrito Federal
27-67	37-67	11-1-1967	Athos Gusmão Carneiro — Juiz Federal — Rio Grande do Sul
38-67	48-67	12-1-1967	José Pereira de Paiva — Juiz Federal — Minas Gerais

consideração do Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 8 de março de 1967. — Auro Moura Andrade. — Camillo Nogueira da Gama. — Gilberto Marinho. — Dinarte Mariz. — Edmundo Levi. — Guido Mondim. — Raul Giuberti.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto lido, de autoria da Comissão Diretora, não depende de parecer de outra comissão. Será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Na sessão ordinária de ontem deixou de completar-se, por falta de número, a votação do Projeto de Lei da Câmara número 283, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ ..... 14.027.673.000, para indenização à Companhia Port of Pará.

Sessão extraordinária, convocada para as 22 horas e 30 minutos, para prosseguimento da apreciação da matéria, não pôde ser realizada, em virtude de haver sido o seu tempo absorvido, em sua maior parte, pela sessão conjunta do Congresso Nacional iniciada às 21 horas e 30 minutos.

As 24 horas de ontem se esgotou o prazo de que dispunha o Senado para se manifestar sobre o projeto, que assim, é considerado como aprovado nos termos do § 1º do art. 5º do Ato Institucional nº 2, e será encaminhado ao Presidente da República, para sanção. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente enviado à mesa.

E' lido o seguinte

Sr. Presidente

Atendendo a solicitação encaminhada à liderança pelo Sr. Senador Mello Braga, solicito seja S. Exa. dispensado das funções de membro da Comissão de Legislação Social e de suplente da de Finanças, da do Distrito Federal, da de Minas e Energia da de Segurança Nacional. Oportunamente a liderança indicará os substitutos do Senador Mello Braga nas citadas Comissões.

Sala das Sessões, 8 de março de 1967. — Filinto Müller, Líder da ARENA.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Mesa adotará as providências solicitadas pela Liderança da ARENA

Nos termos do Regimento, a matéria deve ser apreciada em sessão secreta. Pelo aos Srs. funcionários da Mesa que tomem as providências de direito.

A sessão transforma-se em secreta às 11 horas e 25 minutos e volta a ser pública às 12 horas e 20 minutos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão pública.

Nada mais havendo a tratar vou declarar encerrada a sessão, designando para a próxima, no horário de 14,30 horas, a seguinte:

#### ORDEN DO DIA

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1965, de autoria do Sr. Senador José Elias, que dispõe sobre o ensino da Puericultura como disciplina das Cursos das Escolas Normais, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 188, 187 e 186, de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, contrário e de Saúde, favorável.

2

Votação, em turno único, do Parecer nº 1.177, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 810-62, de 6-2-62, do Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal, Cartório do 5º Ofício Criminal do Estado de São Paulo, encaminhando peças do processo crime movido pela Justiça Pública contra Lázaro Paulino Maia, no qual se atribui a responsabilidade por fatos delituosos, como indiciamento de graves de caráter político, ao ex-Presidente da República e ao ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social.

3

Título para 1º Suplente de Secretário.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1967 (nº 1.925-B, de 1966, na Casa de origem), que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de atos definidos como infrações penais, e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob números 1.170, 1.171 e 1.172, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

5

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1966, de autoria do Sr. Senador Gay de Fozzera, que declara de utilidade pública o ISCRE (Instituto Social Cristão de Reforma de Estrutura), tendo pareceres favoráveis, sob ns. 355, 354 e 357, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

Féla encerrada a sessão.

(levantando-se a sessão às 12 horas e 25 minutos).

#### ATA DA 6ª SESSÃO, EM 8 DE MARÇO DE 1967

#### 1ª Sessão Legislativa ordinária, da 6ª Legislatura

#### PRESENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E EDMUNDO LEVI.

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena  
José Guilomard  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Jarbas Fagundes  
Cattete Pinheiro  
Petrônio Portela

José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dionete Mariz  
Argemiro de Figueiredo  
José Lúcio  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira  
Arron de Melo  
José Leite  
Antônio Balbino  
Josephat Mariano  
Carlos Lindenberg  
Paulo Torres  
Vasconcelos Tóris  
Mário Mariz  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Ezqueria Neto  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Daniel Krieger  
Mem de Sá — 42.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

#### Mensagem nº 161, de 1967

(Nº 156/67 NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel em Direito Edgundes Silva, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, em 8 de março de 1967.  
H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

DO  
PROF. ROMEU RODRIGUES SILVA

1 — Bacharel em Direito, formado (1930) pela antiga Faculdade Nacional de Direito, hoje Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

2 — Catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

3 — Professor Adjunto da Faculdade de Filosofia da antiga Universidade Federal do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, no exercício, por designação da Congregação, da cátedra de Política no Impedimento do titular, Ministro Victor Nunes Leal.

4 — Catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica.

5 — Catedrático de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua (Campos, Estado do Rio).

6 — Catedrático de Economia Política do Instituto Social mantido pelo Centro D. Vital (Rio de Janeiro).

7 — Professor Adjunto da antiga Universidade do Distrito Federal, on-

de esteve também no exercício da cátedra de Política.

8 — Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, tendo alcançado a unanimidade dos votos do Tribunal de Justiça daquele Estado.

9 — Advogado militante, exercendo as suas atividades na Guanabara e no Estado do Rio, de modo particular junto ao Tribunal de Justiça deste último Estado. Em 11 de agosto de 1965, foi homenageado pelos advogados fluminenses, que, nesse dia, elegeram a Festa do Jurista, destacando as figuras mais representativas da classe no Estado do Rio. No ano anterior o homenageado foi o atual Ministro Prado Kelly.

10 — Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil como representante da Seção do Estado do Rio.

11 — Membro do Instituto dos Advogados Fluminenses.

12 — Membro da Academia Fluminense de Letras.

13 — Entre os seus trabalhos publicados, destacam-se: "Comentários ao Estatuto da Lavopa Camaragá", "Destino do Socialismo" e "Fatores Globais e Transformações do Estado Moderno".

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 162, de 1967

(Nº 121-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Paulo Pimentel Portugal, cujo curriculum vitae segue em anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, em 8 de março de 1967.  
H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE DE PAULO PIMENTEL PORTUGAL

Nascido em São Paulo a 18 de abril de 1919.

Estado Civil: Casado.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1942.

Advogado militante, inscrito na Ordem sob o nº 4.418.

Autor de "Breves comentários à Lei do Inquilinato" (Lei nº 4.494) editado, em 1965, pelas Edições e Publicações Brasil.

Consultor Jurídico de "A Patriarcal", Companhia de Seguros Gerais, de 1943 a 1963.

Consultor Jurídico da Companhia Paulista de Seguros.

Diretor 2º Secretário do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização do Estado de São Paulo, nos biênios de 1954 a 1956 e 1958 a 1960, tendo sido, também, membro efetivo do Conselho Fiscal dessa Entidade.

Presidente da Comissão Técnica de Seguros de Responsabilidade Civil do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, no biênio de 1954 a 1956.

Membro da Comissão Organizadora, e Diretor durante vários mandatos inclusive Vice-Presidente, da Sociedade Brasileira de Ciências de Seguro.

Presidente da Comissão de Teses, no Sindicato de São Paulo, para a 2ª Conferência Brasileira de Seguros.

Participante das Conferências Hemisféricas de Seguros do Rio de Janeiro e de Buenos Aires.

A Comissão de Constituição e Justiça

#### Mensagem nº 163, de 1967

(Nº 188-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Portuário Luiz Mendes Prado, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Santa Catarina.

Brasília, 8 de março de 1967.  
H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

Portuário Luiz Mendes Prado

1 — Bacharel em Direito formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 — Diretor do Divisão de Inter-relações e Expansão Cultural (Cargo em comissão) da Faculdade da Universidade Federal de Santa Catarina — 1960-61.

3 — Professor Titular, concursado, de Jurisprudência, na Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau — Santa Catarina — 1963.

4 — Professor de Direito Penal I (Parte Geral) da Fundação Universidade de Brasília. Colaborador do Professor Roberto Lyra Filho (semestre de 1963).

5 — Professor de Teoria Geral do Direito Penal e Criminologia, designado pelo Instituto Central de Ciências Humanas da Fundação Universidade de Brasília. Colaborador do Professor Roberto Lyra Filho (1º semestre de 1963).

6 — Curso ministrado — Além do curso regular, ministrou um especial (40 horas) de Direito Penal I (parte especial), aos alunos da última série do curso de bacharelado da Universidade de Brasília (novembro-dezembro de 1963).

7 — Prêmios obtidos — "José Balleux e Cia" (Bojo Mineiro) (primeiro prêmio do curso jurídico, tendo obtido a média final 9,37).

8 — "Nereu Ramos" (referente à Cátedra de Direito Constitucional, obtido a média 10).

9 — "Oswald Carlos Renan" (referente à Cátedra de Direito do Trabalho, tendo obtido a média 9,5 correspondente a trabalhos e provas).

10 — Melhor Aluno do curso em Direito Penal e Processo Penal (notas 9,5 e 10).

11 — Melhor Média em Direito Civil (notas 10 referentes às duas "Cadeiras").

12 — "Oswald Carlos Renan" (da Academia de Letras, concurso de poesias — 1962).

13 — Vida Profissional — Diretor da Divisão de Inter-relações e Expansão Cultural da UFSC. Professor de Jurisprudência Pública na Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau. Professor de Direito Penal da Universidade de Brasília (já assinalados).

14 — Advogado no Iório de Blumenau e Professor na Faculdade (1966 primeiro trimestre de 1966).

15 — Professor de Literatura (Cadeira de Português, Instituto de Educação Dias Velho, Curso Normal — 1953).

16 — Redator do Jornal "O Estado" de Florianópolis, Santa Catarina.

17 — Oficial de Gabinete do Rector da Universidade de Santa Catarina, Professor João David Ferreira Lima (1962-63).

18 — Funcionário da Assessoria Econômica da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (1961-62).

19 — Vida Universitária — Fundador e 1º Presidente do Centro de Estudos da Faculdade de Direito da UFSC.

20 — Fundador e 1º Presidente do Centro de Cultura da Faculdade de Direito da UFSC.

21 — Professor de Sociologia e Literatura dos Cursos Pré-Jurídicos da Faculdade de Direito da UFSC.

22 — Vencedor de três concursos de Oratória.

23 — Vida Cultural — Diretor do Jornal Literário Roteiro (1963).

24 — Colaborador da Revista Leitura (1962), Revista Comunicação (da União Brasileira dos Escritores), do jornal Diário de São Paulo, do jornal literário Ilha, etc.

25 — Responsável pela página literária do jornal O Estado, de Santa Catarina.

26 — Participante de uma série de comissões literárias e de Artes Plásticas.

27 — Conferências (entre outras): O Modernismo no Brasil (no Instituto de Educação Dias Velho, Florianópolis — SC).

28 — Aspectos da Educação Brasileira e Aspectos Sócio-Culturais do Uruguai (Lyons Club de Jaraguá do Sul — SC.).

29 — Universidade como Fator de Desenvolvimento (Lyons Club de Campos Novos, SC.).

30 — Aspectos do Modernismo (Colégio Pedro II, Blumenau — SC.).

31 — Interpretação (Teatro Alvaro de Carvalho, Florianópolis — Santa Catarina).

32 — Livros — A Lâmina (Editora Literatura Contemporânea — São Paulo, prosa poética).

33 — Este Interior de Serpentes Alegres (Editora Roteiro, Florianópolis, SC).

34 — Sereia e Castiçal (Editora Roteiro, Florianópolis, SC).

35 — Associações — Da Sociedade Brasileira de Filosofia — Seção de Santa Catarina.

36 — Outros Cursos — "Linguística e História (no Instituto de Estudos Superiores do Uruguai, Montevideo).

37 — Inúmeros cursos de extensão.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 164, de 1967

(Nº 189-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Colação, cujo "curriculum vitae" segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Santa Catarina.

Brasília, 8 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

Hercílio Aldo da Luz Colação, natural de Florianópolis, nascido a 26 de outubro de 1919.

Curso Técnico-Educação Física e Desportos, na Escola de Educação Física do Exército, em curso especial para o Ministério da Educação (1938). Curso Superior — Bacharel pela Escola Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1945).

Outros Cursos — Superior de Guerra (1961).

Doutorado na Escola Nacional de Direito (1963-1964).

#### Vida Profissional:

1940 — Nomeado professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

1947 — Ingressa na Coca-Cola Refrescos S.A. — como Assistente de Vendas, passa a Gerente da Fábrica em 1948, e em 1949 organiza o Departamento Legal da The Coca-Cola Export Corporation e o dirigiu até 1959, quando foi eleito Presidente da Coca-Cola Refrescos S.A. — e Representante Geral do Brasil da The Coca-Cola Export Corporation no Brasil.

#### Comissões exercidas:

Representante da Indústria na 2ª Câmara do Conselho Superior de Tarifas no biênio 1953-1957;

Membro do Conselho Regional do SENAI 1959-1964.

Vice-Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro 1950-1952.

Membro da Board of Directors da American Chamber of Commerce for Brasil no biênio 1961-1962.

Membro do Grupo de Estudos Técnicos da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara de 1960 a 1964.

Representante do Centro Industrial junto ao Conselho Superior das Classes Produtoras 1961-1962.

Membro da Comissão Especial do Conselho Nacional de Economia que estudou — Investimentos Estrangeiros e Remessa de Lucros (1961).

Representante da Indústria em Grupo de Trabalho para regulamentar o trabalho do menor, junto ao Ministério do Trabalho (1963).

Delegado da Classe Rural ao Fórum de Debates Lindolfo Collor — (1963).

Representante da Confederação Brasileira na Comissão de Intercâmbio e Assistência Técnica do Ministério da Agricultura 1963-1964.

Representante da Confederação Nacional da Agricultura no Conselho Nacional Consultivo da Agricultura de 1964 até o momento.

Integrante da Delegação Brasileira, representando a classe patronal, ao 3.º Congresso sobre "Plantations", realizado sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho em Genebra (1956).

Vice-Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina 1966-1967.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 165, de 1967

(Nº 190-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Euclides Reis Aguiar, cujo "curriculum vitae" segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto, no Amapá.

Brasília, 8 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

Euclides Reis Aguiar

Nacionalidade: Brasileira.

Estado Civil: Solteiro.

Nascimento: Nascido em Nepomuceno — Minas Gerais, em 1934.

Cursos: Bacharel em Direito pela Escola de Direito da Universidade de Minas Gerais — Turma de 1961. Professor de Português do Colégio São José, em Minas Gerais.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Minas Gerais.

Especializou-se em direito penal e direito civil.

Tendo exercido ininterruptamente a advocacia até esta data, tendo atuado com frequência em inúmeras causas de toda natureza.

Ex-Secretário do Diretório Municipal da U. D. N. em Boa Esperança — Minas Gerais.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### Mensagem nº 166, de 1967

(Nº 191-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

A fim de reexaminar o assunto, solicito a Vossas Excelências a retirada da Mensagem nº 42, de 11 de janeiro de 1967, em que foi submetido à apro-

vação dos ilustres Membros do Senado Federal o nome do Bacharel Nasser Bussamra, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 8 de março de 1967. — H. Castello Branco.

Junta-se ao Expediente anterior.

#### Mensagem nº 167, de 1967

(Nº 194-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

A fim de reexaminar o assunto, solicito a Vossas Excelências a retirada da Mensagem nº 78, de 13 de janeiro de 1967, pela qual foi submetido à aprovação dos ilustres Membros do Senado Federal o nome do Bacharel Wilson de Andrade Brandão, para exercer o cargo de Juiz Federal no Piauí.

Brasília, 8 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### Mensagem nº 168, de 1967

(Nº 195-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Salmon de Noronha Lustosa Nogueira, cujo "curriculum vitae" segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Piauí.

Brasília, 8 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

Salmon de Noronha Lustosa Nogueira

Filiação: Júlio Lustosa do Amaral Nogueira e Juvena Júlia Nogueira Lustosa Nogueira.

Data do nascimento: 56 anos de idade.

Naturalidade: Barra do Rio Grande, Estado da Bahia.

1 — Formado em Bacharel em Direito na Faculdade do Recife (PE);

2 — Diretor da Imprensa Oficial do Estado do Piauí;

3 — Juiz Substituto do Termo de Amarração;

4 — Juiz de Direito da Comarca de Corrente, da 1ª Entrância;

5 — Promovido, por merecimento, para a Comarca de Piripiri, 2ª Entrância;

6 — Promovido, por merecimento, para Floriano, de 3ª Entrância;

7 — Promovido, por merecimento, para Parnaíba, de 4ª Entrância;

8 — Promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;

9 — Sócio Fundador da Associação Paraibana de Imprensa;

10 — Diretor Presidente da Sociedade Paraibana de Assistência e Proteção aos Menores Pobres;

11 — Integra, atualmente, a 2ª Câmara Isolada do Tribunal de Justiça;

12 — Juiz suplente do Des. Ribeiro Gonçalves no Tribunal Regional Eleitoral.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem nº 169, de 1967

(Nº 196-67 NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Bolívar de Souza, cujo "curriculum vitae" segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Distrito Federal.

Brasília, 8 de março de 1967. — H. Castello Branco.

#### CURRICULUM VITAE

José Bolívar de Souza

1 — Nascido em Itapipoca, Ceará, em 22 de setembro de 1919. Filho de Joaquim Jerônimo de Souza e D. Maria Lia Madeira de Souza.

2 — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1949.

3 — Curso Ciclo de Estudos Penais pela Universidade de Brasília.

4 — Cargos, Comissões ou atividades que exerceu:

Procurador Autárquico Federal.

Chefe das Procuradorias Regionais — IAPC. Vitória (1955-1961). Distrito Federal (1962-1965).

Chefe da Assistência Judiciária — Niterói (1953-1954). Advogado.

Jornalista Profissional.

Presidente Comissão de Inquérito Administrativo. Fiscal em Comissão.

Diretor de Divisão de Benefícios. Diretor de Divisão de Serviços Gerais e Pessoal. Agente em São Gonçalo e Barra do Piraí. (IAPC. E. Rio). Diretor de Divisão do Material. Diretor do Departamento de Aplicação de Fundos (Substituto). IAPC. Rio de Janeiro. Delegado Substituto. Presidente da Junta de Julgamento e Revisão. Distrito Federal.

Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social (Brasília) — Assessoria Jurídica. Presidente Comissão de Inquérito (Port. MTPS. 488, de 14 de setembro de 1965).

5 — Condecorações.

Medalha Centenário Clovis Beviláqua.

6 — Livros e trabalhos de que é autor:

O Novo Regulamento do IAPC. (Imprensa Nacional — 1953).

Parceres de Procurador (1955-65).

Artigos publicados: Comentários ao "Juri na Terceira República" (Livro do ex-senador Olavo Oliveira). Observações sobre a Justiça do Trabalho (Diário do Povo de Niterói e Correio Brasiliense de S. Gonçalo).

7 — Associações e Instituições a que pertence:

Associação do Ministério Público do Brasil.

Ordem dos Advogados do Brasil (Seções D. Federal, Vitória e Niterói).

A Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Senhor 1º Secretário:

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 75, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petróbras — sobre construção da Refinaria Alberto Pasqualini em Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petróbras — o andamento da construção da Refinaria Alberto Pasqualini, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, especificando, detalhadamente, os trabalhos realizados no oleoduto e terminal de Tramandaí, bem como aqueles da base de provimento da REFAP.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.



## Requerimento nº 76, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Museu Histórico Nacional — sobre pesquisas realizadas na Casa dos Contos ou Casa da Fundação, de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,  
De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Museu Histórico Nacional — um relatório completo das pesquisas efetuadas nos códices e avulsos da Casa dos Contos ou Casa da Fundação, de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais?  
Sala das Sessões, em 8 de março de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 77, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Instituto Nacional de Previdência Social — sobre afastamento sumário dos correspondentes do ex-IAPO.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,  
De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Instituto Nacional de Previdência Social — quais as providências tomadas, tendo em vista o afastamento sumário dos correspondentes do ex-IAPO, a fim de evitar a balbúrdia e o descontrôle administrativo da Previdência Social, onde, em vez de haver uma unificação de métodos e sistemas, existe, na realidade, uma encampação de serviços pelo ex-IAPI, o que em nada beneficia aos segurados?  
Sala das Sessões, em 8 de março de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 78, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petrobrás — sobre compras efetuadas como incentivo ao parque industrial brasileiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,  
De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petrobrás — qual o total de compras realizadas pela referida Petrobrás, no ano de 1966, como política de incentivo ao parque industrial brasileiro, e quais os benefícios advindos com essa orientação, seja no setor interno como externo?  
Sala das Sessões, em 8 de março de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

## Requerimento nº 79, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho — INPS — sobre a construção de terreno a estudantes para construção de restaurante no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,  
De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder

Executivo, através do Ministério do Trabalho — Instituto Nacional de Previdência Social — se existem planos para doar um terreno de propriedade do ex-IAPI e que não tem utilização para aquele ex-Instituto, para os estudantes do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a fim de que possam construir seu restaurante, uma vez que dentro de 4 meses terão que abandonar o local onde funciona atualmente o restaurante Calabouço?

Sala das Sessões, em 8 de março de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os cinco requerimentos de informações que acabam de ser lidos, todos de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, vão à publicação e, em seguida, serão submetidos a despacho da Presidência.

O Sr. Vasconcelos Torres — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador.  
O SR. VASCONCELOS TORRES: (Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, um cronista de amenidades — e eu só poderia ser citado por um cronista de amenidades para apanhar para ser agredido — indaga, hoje, não a mim, mas ao Senado: Quantas horas de voo internacional tem o Senador Vasconcelos Torres por conta do Senado?

Sr. Presidente, é verdade que tenho viajado muito. Acontece, porém, que todas as vezes que viajei não foi por conta do Senado, mas como observador parlamentar, ou convidado de países que, geralmente, adotam essa política em relação ao Senado ou à Câmara dos Deputados.

Acho que esse jovem a quem não conheço — e não poderia conhecer jamais, porque moro no meu Estado, numa grande Capital, onde vivo para o trabalho e para o povo da minha terra e, sem tempo para fazer essa coleção mental, horas a fio, sobre as coisas mundanas conversando sobre bobagens — confunde as viagens que tenho feito com aquelas patrocinadas pela União Interparlamentar, para as quais, de fato, o Senador ou Deputado recebe uma verba da Câmara ou do Senado.

Acontece que, nestes longos anos de mandato, não viajei uma vez sequer pela União Interparlamentar. Uma vez sequer! E eu, que estou despendo, assim uma espécie de campeonato de requerimentos de informações, vou fazer um sobre mim mesmo, para que se acabe com essa desfaçatez, com esses processos de injúrias contra aqueles que não têm vocação para noitadas sem proveito e que ficam sendo alvo de críticas injustas por parte de analfabetos, de homens que não fazem outra coisa senão filar jantares e ceias entre os quais não me encontrarão nunca. Por temperamento V. Ex.<sup>a</sup> permita-me a confissão — sou uma espécie de Senador de interior, homem que não gosta dessas coisas, que não tem vocação para isso, que não frequenta tais ambientes embora não os conheça e, fui alvo dessa maledicência que me não atingiu, propriamente, mas sim ao Senado.

Quero indagar — e talvez V. Ex.<sup>a</sup> possa dar de pronto a resposta, pois será fácil obter dados, através da Contabilidade da Casa — se eu já viajei, uma vez sequer ao Exterior, por conta do Senado.

Se V. Ex.<sup>a</sup> entender que deva enviar o requerimento, eu o encaminharei. Não por mim, porque um

Senador, um político que se preze, não pode responder, de forma alguma, a aleivosias. Isso não é do político. Mas quando se associa o político à instituição da qual ele faz parte, parece-me um dever elementar de moral que o alvejado deva assomar à tribuna para varrer a testada.

O Sr. Arthur Virgílio — Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem em dar explicação à opinião pública. Recordo-me de uma frase do Ministro Hermenegildo de Barros, segundo o qual o homem público seja ele qual for, é obrigado a rebater toda e qualquer acusação que se lhe faça, mesmo que parte de um desclassificado, porque até um desclassificado pode, às vezes, ser detentor da verdade.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não queria fazê-lo, nobre Senador Arthur Virgílio, mas como foi envolvido o nome do Senador, cumpra-me rechaçar a crítica. Uma vez esse mesmo cronista declarou que eu, a convite, tinha ido a Lisboa, num carro de um cidadão chamado Gomide conselheiro naquela cidade — como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, e também toda a Casa, sempre procuro fiscalizar o que se passa no Itamarati, não para demolir, mas para orientar, para melhorar, para dar contribuição no sentido de que o Senado participe cada vez mais daquele dispositivo constitucional que o entrosa na política exterior e havia atacado o embaixador "X" pelo fato de ter pedido audiência para e não haver conseguido. Acontece que não tinha ido a Roma, e o próprio jornal encarregado de desmentir a notícia.

Não respondi na oportunidade porque a crítica se referia diretamente a mim; agora entretanto, se dirige ao Senado e eu nunca, nem como deputado federal — e permita-me aqui a linguagem popular — nunca apanhei essa "colher-de-chá" da União Interparlamentar. Tenho viajado, sim, como observador parlamentar junto à ONU, ultimamente junto à OEA — aliás, apresentarei relatório na próxima segunda-feira. Parece-me que é o Senado que fica mal, quando se alude a essa espécie de turismo parlamentar, que não se coaduna de maneira alguma, com a política de austeridade seguida pelo grande Presidente Auro Soares de Moura Andrade. S. Ex.<sup>a</sup> nunca faria isto, não permitiria jamais que um Senador viajasse às expensas dos cofres do Senado. Com a diatribe, a vermina se dirige não propriamente a mim, embora a ignorância desse repadeiro tivesse procurado alvejar-me, o Senado, em última análise, é que sofrerá a crítica que ao Poder Legislativo, indiscriminadamente, dirigem certos tipos, não obstante aqueles que convivem conosco saibam perfeitamente o quanto produzimos, o quanto trabalhamos. Quero anunciar a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, que, requerendo tanto, perguntando tanto, de maneira *sui generis*, ainda vou ter que fazer requerimento sobre mim mesmo o qual anuncio neste instante, para, amanhã — não esfregá-lo no focinho do patanhão — mas fazê-lo constar dos Anais do Congresso. A defesa do Senado, assim, está feita ocasionalmente por mim, por ter sido alvo dessa aleivosia, que repilo não em meu nome pessoal, mas em nome desta Casa da qual tenho a honra de fazer parte. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nobre Senador Vasconcelos Torres V. Ex.<sup>a</sup> poderá solicitar informação ou mesmo uma certidão à Comissão Diretora, que será prontamente atendida.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado.

C SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há orador inscrito. Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, era meu propósito, diante da proximidade do termo de administração do atual Governo, não voltar a esta tribuna para examinar-lhe atos que tantas vezes submeti à crítica.

A quem lutou durante 3 anos contra o poder discricionário não apiazo muito insistir nas acusações, quando o Governo está por assim dizer, na casa da cédula tessamenária.

São tais e tantos, porém, os abusos, as violações de competência e de atribuições pelo Governo nos últimos dias, que cumpre à Oposição exercer seu dever de crítica, e de resistência até o último instante.

Por certo não ocupo esta tribuna, como ninguém a ocupará, para criticar a simples emissão de decretos-leis, de decretos ou de atos complementares. Se tais medidas se comportassem nos limites de competência do Poder Executivo, poder-se-ia delas divergir, mas não havia por que desferir propriamente acusações.

As leis, como instrumentos normativos da vida associada, são fatores de disciplina e de progresso de todos os povos organizados. Tanto mais perfeito o sistema legislativo, ou mais abrangente do conjunto das relações humanas, tanto maiores serão as condições de promoção da felicidade coletiva. Nem foi por outra razão que um grande jurista brasileiro afirmou, interrogando, que nenhum bem maior se pode fazer a um povo do que dar-lhe leis boas e justas. Mas, leis boas e justas não se conjunderão com instrumentos discricionários que exorbitam da competência estabelecida e invadem atribuições de outros órgãos constitucionalmente criados e em função.

As leis não realizam por si mesmas o bem comum, nem operam grandes reformas. As leis são apenas cadinhos de que se vale a inteligência dos governos para o estabelecimento das condições adequadas à conquista do desenvolvimento, do progresso, da paz coletiva.

Toda vez que, a título de legislar, o Governo extrapassa os limites de sua competência, não disciplina, não ordena — subverte! Por isso também a legislação em catadupa não cria a felicidade geral, mas perturba, gera a confusão, destrói a própria ordem jurídica que não existe sem harmonia e segurança. Quando os governos legislam tumultuariamente, o que a alguns, ou a muitos, parece intuito reformador, representa, em verdade, subversão da ordem jurídica vigente. É que a legislação, feita em grosso ou a varejo, de todas as matérias simultaneamente, não sistematiza o direito positivo.

O Governo provindo da Revolução de março de 1964 afogou a Nação no maremoto legislativo. É tão grande a quantidade de leis, obtidas através do Congresso Nacional, votando em prazos fatais, ou emitidas discricionariamente pelo Presidente da República, que já não há unificador ou advogado, juiz ou juriconsultor capaz de afirmar, em prazo breve, sobre determinada matéria quais as normas vigentes e quais as revogadas.

O que domina a paisagem do direito escrito no Brasil neste instante, é o tumulto, a confusão, a insegurança.

Já em fins do ano passado, o *Jornal do Brasil* publicava interessante artigo sobre o que então chamou de "fúria legislante" e propiciou a comunidade nacional este esclarecimento:

(Lendo)

"Segundo levantamento da Associação Comercial de São Paulo,

entraram em vigor, entre abril de 1964 e novembro de 1966, nada menos de 848 leis, 5.685 decretos, 76 decretos-leis, 4 atos institucionais, 24 atos complementares; 58 circulares e 41 resoluções do Banco Central; 467 portarias e 99 circulares do Ministério da Fazenda.

Esse número foi aumentado em dezembro e, segundo tudo indica, continuará crescendo em ritmo acelerado, devendo inclusive a discriminação acima ser enriquecida por nova Constituição.

De fato, de dezembro à hora presente, a fúria de estabelecer norma chegou ao paroxismo de legislar. Além da Carta Constitucional imposta ao Congresso através do processo instituído pelo Poder Executivo, que também fixou o prazo limitado e fatal, além da Constituição, dobraram-se os decretos, decretos-leis e atos complementares. Estes, os atos complementares, sobem hoje a 35, o último dos quais emitido há poucos dias, já depois da promulgada a Constituição do chamado "ciclo revolucionário". Mas só em fevereiro último, e talvez sem contar todos, foram emitidos cerca de 150 decretos-leis. Em dois dias apenas, a 27 e a 28 de fevereiro, foram publicados, no órgão oficial, 119.

Como se vê, não é um sistema, é uma safra a que caberia aplicar os cuidados do Conselho de Controle da Poluição Ambiental, criado pelo Decreto-lei nº 203, e este ato não merecesse também varredura.

Esses decretos-leis recentes, pela pressa, pela impaciência com que foram editados, parecem instrumentos testamentários, com cláusula de inalterabilidade.

Não lhes falta mesmo o legado de criação de cargos.

Dois decretos-leis baixou o Governo para organizar o Departamento Nacional do Salário: o Decreto-lei 213 e o Decreto-lei 253, publicados, respectivamente, a 27 e 28 de fevereiro. O primeiro cria 277 cargos em caráter provisório; o segundo aprova a tabela de cargos em comissão e funções gratificadas.

Mas, este, não é o aspecto mais importante ou o vício maior da legislação agora editada. No impeto de legislar, o Poder Executivo subverte a ordem jurídica e invade a competência, a um tempo, do Congresso Nacional e do futuro Presidente da República.

Conquanto poder discricionário, é sabido que o atual Governo está submetido a limites, os limites a que só não se submete o Governo declaradamente ditatorial. Poder discricionário, é amplo e foge às reduções normais do regime democrático, mas está submetido às condições, às restrições que ele mesmo acolheu ou adotou.

Pelo Ato Institucional nº 2, segundo seu artigo 30, o Presidente da República pode legislar amplamente sobre matéria de segurança nacional. Notório é também que, em nome da segurança nacional, deturpando o conceito, o Poder Executivo tem legislado sobre todas as matérias, a tal ponto que, em nome daquele princípio, dispôs até sobre aluguéis.

Sabido é, por igual, que, nos termos do Ato Institucional nº 4, quando o Congresso não estiver em funcionamento, o Presidente da República pode legislar sobre matéria administrativa e financeira, expressões que envolvem noções precisas no Direito Público e Administrativo.

Vale dizer que, para legislar sobre matéria administrativa e financeira, o Presidente da República há que delimitar sua competência, ajustando-se, o que a doutrina e a jurisprudência entendem por matéria administrativa e financeira, tão certo é, ademais, que não há competência in-

definida num Estado em que haja poderes harmônicos e independentes.

O Presidente da República, entretanto, desconhece as limitações a que ele mesmo se declarou submetido nos dois Atos Institucionais. Legisla, baixa decretos, decretos-leis, atos complementares, no colégio do prego do alceio. Quem dá mais? — pergunta o leitor-público na sua loja. A impressão que se tem, diante da enxurrada de atos legislativos, baixados pelo Poder Executivo, é que o Presidente da República, como que ao findar dos despachos, do topo de sua mesa, pergunta aos ministros: quem tem mais decretos para assinar? E assim se há de entender, pois já não é possível presumir-se que o Presidente da República e seus ministros tenham tempo razoável para a leitura metódica de tantos decretos-leis e decretos-executivos.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Ex. uma pergunta?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Mário Martins — Talvez haja uma outra hipótese, submetida para essa enxurrada dos últimos dias. Tratava-se, possivelmente, de um armazenamento de decretos para tempo muito maior, vamos dizer, para quinze anos. Diante da evidência de ter da esgotar em menos de quinze dias, deu-nos essa safra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. focaliza aspecto que não tem ocupado a sociedade popular.

Mas, neste impeto, o Governo invoca e complementa extemporânea e ineficazmente até a Carta Constitucional que ainda não entrou em vigor. Parece absurdo, mas é verdade incontestável. O Decreto-lei nº 303 regulamentou a cobrança do imposto de circulação de mercadorias, com expressa referência no art. 4º ao parágrafo 6º do art. 26 da Constituição do Brasil, que só entrará em vigor a 14 de março.

O Sr. José Ernâni — Permite Vossa Excelência um aparte? (Assentimento do orador) — No meu discurso de 15 de setembro do ano passado, já chamava a atenção para a "fúria legislativa" do Governo. Em vez disso, detida é a atenção para os reais problemas da Nação. Ainda agora o "Economist" de Londres, de 14 de mês passado, coloca o Brasil entre as Nações mais fracas do Continente: enquanto a Suíça tem cento e setenta e nove dólares de sua renda do produto nacional bruto per capita, o Brasil tem apenas setenta e quatro dólares. Nota-se, então, o seguinte: em vez de se estudarem os reais problemas da Nação, seus problemas econômicos e de produção, que é o que interessa ao povo, levando-se em conta, ainda que, em breve, o Brasil terá 28 milhões de habitantes, tem-se esta enxurrada de decretos-leis, que segundo o Senador Mário Martins e V. Ex. parecem ter sido promulgados para até 15 anos à frente. Realmente, ninguém pode administrar um país sem pensar na parte mais importante, a parte econômica e em financiamentos adequados. Se assim a nação poderá prosperar.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A observação de V. Ex. ainda na última sessão legislativa foi plenamente confirmada pelos fatos que estamos verificando. A fúria legislativa chegou ao paroxismo. Mas não foi o Decreto-lei nº 203 invoca uma Constituição ainda não em vigor.

O Decreto-lei nº 213 dispõe sobre a execução — note bem o Senado — a execução do art. 188 da Constituição Federal, de janeiro deste ano, isto é, a respeito da forma de se adaptarem a esta as constituições estaduais.

E não ficou satisfeito o Presidente da República ao dispor sobre medidas concernentes a uma Constituição

que não está ainda em vigor: estabeleceu, também, no mesmo Decreto-lei, um processo de representação pelos governadores contra as assembleias legislativas, a propósito do conteúdo dos textos reformados.

Esqueceram-se os assessores do Presidente da República de que, no regime atual, como no que vai vigorar a partir do dia 15 a Constituição estabelece expressamente a forma da representação contra os atos inconstitucionais de caráter federal ou estadual, como não ocorreu a nenhum deles que uma lei votada pelo Congresso Nacional estabeleça o processo da representação, por intermédio do Procurador Geral da República, junto ao Supremo Tribunal Federal.

E não é só, Srs. Senadores: o Decreto-lei nº 227 invoca o art. 161 da nova Constituição, como um dos fundamentos para a adoção do Código de Mineração, em substituição ao atual Código de Minas.

Que, se a nova Constituição ainda não entrou em vigor, não pode ser invocada nem complementada. Enquanto não decorrer o período até 14 de março, que é o que a futura Constituição se chama de *vacatio legis*, — e a Constituição não integra propriamente o sistema do regime político nacional, só se assiste em que começa a produzir seus efeitos e que ela será instrumento normativo na vida social, política e administrativa, — para, no decorrer deste período, quando será, como é, invocada, pois que não se admite num novo que já atingiu sedimentada cultura jurídica e política a vigência simultânea de duas Constituições!

Mas é a este absurdo, é a esta poeira que o governo atual está regando o país em sua cultura jurídica, legislando à base de uma Constituição a entrar em vigência.

O Presidente da República juridicamente pratica atos ineficazes, e, politicamente, diverte-se, a seu arbitrio, de competência no Congresso e do futuro Presidente da República — ainda assim competência só exercitável, por qualquer órgão, a partir de 15 de março.

Pelo visto, todo o processo de subversão de que foi acusado o governo passado e o que o seguiu é nula, diante da anarquia gerada através do poder discricionário, pela situação presente!

Não é apenas em relação a uma Constituição por entrar em vigor que o Governo ultrapassa os limites de sua competência. Ainda considerado o regime atual, o regime vigente, condicionado e limitado pela própria Revolução, o abuso é manifesto e irremediável.

Segundo assinalamos, de princípio, o Presidente da República pode legislar a qualquer tempo em nome da segurança nacional; pode legislar durante o recesso do Congresso sobre matéria administrativa e matéria financeira. Mas, é só! Tudo que ultrapassar os limites da segurança nacional e da matéria administrativa — financeira, é assunto vedado à competência do Poder Executivo, porque inclui na órbita das atribuições do Congresso Nacional. Essas delimitações foram estabelecidas ou aceitas pela própria Revolução, dentro do que ela mesma chamou "sua auto-limitação".

O Poder Executivo, entretanto, não obedeceu a essas linhas. Mesmo sem a lei o fundamento da segurança nacional, o Poder Executivo legisla sobre matéria que não é de caráter administrativo nem financeiro, segundo o correto sentido dessas expressões o Decreto-lei nº 192 fixou o entendimento da expressão "indústrias trabalhistas"; o Decreto-lei número 239 alterou dispositivos da Constituição dos Leis do Trabalho, em linha e um artigo que modificam preceitos e títulos inteiros da

Consolidação, inclusive no que concerne a direito substantivo e processual inteiramente estranho à noção de matéria administrativa e financeira, — o Presidente da República, por assim dizer, reformou a Consolidação vigente. Esse decreto-lei não se recai a cuidar da matéria, que a Consolidação contém, de caráter administrativo, como a pertinente às relações de empregados e empregadores com o Ministério do Trabalho e particularmente com as Delegacias do Trabalho: o decreto-lei vai além. Modifica o regime das convenções coletivas de trabalho. O decreto-lei reformula a parte processual, inclusive quanto a recursos. Nenhum desses artigos se contém no círculo da matéria administrativa e financeira. É matéria de direito substantivo e de direito processual, conservada na competência da União, mas na esfera do Congresso Nacional.

Agravou-se a situação, porque o Decreto-lei nº 293 dispõe sobre seguro de acidentes do trabalho, que não se enquadrava igualmente no domínio nem de matéria administrativa, nem de matéria financeira.

Para medir bem a enormidade do que praticou o Poder Executivo quanto a essa legislação, basta que os nobres Senadores tenham em que o governo tem em seu poder, há anos, um admirável projeto de Código de Trabalho elaborado pelo Professor Teófilo de Moraes Figueira. Esse projeto de Código de Trabalho abrangia todas as matérias essenciais da legislação social, inclusive as de que trataram os decretos-leis referidos.

Se o propósito do governo fosse alterar e disciplinar o Direito Brasileiro, se seu nobre intuito fosse o de reformar para melhorar, não enviaria ao Congresso o projeto de código, assegurando assim sistema, unidade, coerência a legislação? Não o fez, entretanto, porque o que o preocupava não é a ordem, mas o exercício abusivo do poder.

O Sr. José Ernâni — Permite Vossa Excelência, novo aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. José Ernâni — Ao criar normas, conforme V. Ex. está citando, o governo não se preocupou absolutamente com o bem-estar do trabalhador. Uma família, no Brasil, custa 43 % do seu salário para alimentação, enquanto nos Estados Unidos da América do Norte esse índice chega a 19 % e, na Inglaterra, 28 por cento. Esse é o verdadeiro problema com que se defronta o trabalhador e que precisa ser cuidado com muita atenção para que ele possa viver razoavelmente e trabalhar com consciência, realizando de modo satisfatório o serviço que lhe é destinado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Absolutamente oportuno o aparte de V. Ex., porque nessa mutação da legislação social o Governo não se preocupou com os aspectos essenciais capazes de assegurar ao trabalhador e sua família condições dignas de existir e de sobreviver!

Há mesmo um luxo de autoritarismo. Quando o Governo baixa um Código Nacional de Alimentos e estabelece enorme preceituário a respeito, leva-nos a pensar que, nesse justo momento, permita a elevação do preço de todas as utilidades, inclusive pelos erros de sua política financeira e cambial.

Descendo desse exame genérico das disposições legais para a planície da realidade cotidiana, podemos pensar, nós os que costumamos ir ao comércio para escolher utilidades e comprá-las, a extorsão que se está praticando contra a população, sobretudo depois da mudança do padrão monetário e da modificação da taxa cambial.

Ainda agora, estive em dois Estados, no Paraná e em São Paulo, e pude verificar em ambos que todos observam a elevação constante e desmedida dos preços de todas as utilidades. Mas não é preciso sair da Capital para apurar a ineficácia das medidas oficiais ou a inércia das autoridades, no que se refere aos preços vinculados à economia popular. Basta que qualquer de nós entre, nesta Capital, numa loja, numa mercenária, num mercado, e faça comparação entre os preços verificados hoje e os que vigoravam há 15 ou 20 dias, para sentir, de pronto, que foram todos majorados, como se no País Governo não houvesse.

Ao invés de adotar as medidas corretivas do abuso do poder econômico, o Governo — por esta ou aquela razão, pouco importa — na verdade a ele se está aliando contra os interesses mais imediatos da economia popular.

Mas, a para dessa legislação de caráter social, o Governo extravazou em outras, até em assuntos, da maior gravidade, sobre o qual não deveria nem poderia legislar sem abrir amplo debate para pesquisa de todos os dados, para correção de equívocos para supressão de excessos, inclusive os que pudessem advir de interesses particularistas.

Assim, o Decreto-lei nº 254, instituiu, sem que ninguém o soubesse, o Código da Propriedade Industrial. Chamamos a uma Casa em que há homens que, por sua experiência no mundo administrativo e no quadro das empresas, tem mais aptidão para dar de importância e da gravidade de lei dessa natureza. Ela, entretanto, se converte num simples decreto discricionário, sem o prévio exame de homens e organizações que poderiam trazer subsídios valiosos à elaboração de um documento perfeito. Ainda que a natureza da matéria não exigisse essa prudência, o assunto, em verdade, escapa ao poder discricionário do Executivo. Um Código de Propriedade Industrial não se resume a matéria de caráter meramente administrativo nem financeiro. No seu contexto, lei de natureza define direitos, prevê normas de larga repercussão no plano não só industrial como no plano técnico.

Cumpra ver ainda que a Constituição atual, como a que vai entrar em vigor, uma e outra estabelecem um especial para elaboração dos Códigos. Os Códigos não se compreendem na forma da elaboração das leis gerais. Exatamente por sua complexidade, por sua importância, o legislador cauteloso e prudente situou tais assuntos em quadro processual específico para permitir exame demorado e seguro. Ora, se essa matéria não se compreende no âmbito daquelas de processo legislativo comum, também não há de ser considerada entre as que foram atribuídas à competência discricionária e excepcional do Presidente da República. E regra começa do Direito Público que a competência do caráter excepcional se interpreta restritivamente. Só o Poder discricionário é o Poder que se proclama limitação e procede ditatorialmente utiliza processos dessa natureza, para subvertendo o regime, destruir a competência dos outros Poderes constitucionais do Estado.

Poderia prosseguir nesse exame, invocando ainda dezenas de decretos-leis que afrontam a delimitação de competência dos Poderes do Estado, dentro dos próprios atos institucionais e complementares.

Não seria justo, entretanto, cansasse por mais tempo os meus nobres colegas, sobretudo quando sei que tais instrumentos serão oportunamente discutidos nas suas peculiaridades,

para a revisão que se impõe por seus excessos e por sua ilegitimidade, pois que exatamente este é ponto fundamental de que descuro o Poder Executivo, por seu Chefe e por seus auxiliares.

O poder discricionário do Governo foi delimitado. Embora amplo e de contornos precisos. Não podemos, nós, do Poder Legislativo, impedir de praticar os excessos, porém, podemos, pela atividade legislativa revisionista e o Poder Judiciário, pela revisão dos abusos, corrigir as anomalias praticadas. Nem seria admissível presumir, ainda que por um homem de oposição, que o futuro Presidente da República permitisse esta diminuição da sua autoridade. Seria extremamente estranhável para o mundo e impróprio para um chefe de Poder, silenciar ante os abusos e a invasão de competência praticados por seu antecessor. Pouco importa indagar, no caso, se antecessor e sucessor são correligionários ou membros do mesmo sistema revolucionário. Acima de um e de outro estão os interesses do país e de seu povo e as instituições estabelecidas ainda que com as distorções profundas da Constituição que vai entrar em vigor a 14 de março.

Compreendamos, Srs. Senadores, compreendamos toda a Casa, que quem governou três anos invadindo, a seu arbitrio, o poder Constituinte da Revolução, não se conforme em chegar ao fim do mandato limitando-se nos abusos.

A atuação do poder é dolorosa para os que não o exercem dentro dos limites da grandeza democrática. Há que ver, porém que acima da discricionariedade estão os direitos coletivos. O que aí está e inconciliável com a ideia de uma nação adulta. A revisão há de fazer-se próxima e oportunamente pelo Congresso, com o futuro Presidente da República. É o que o povo espera deste Congresso e do Presidente que não elegeu, mas que na de submeter-se aos superiores interesses da comunidade nacional. (Muito bem!) Muito bem! (Palmas).

Comparecem mais os Senhores Senadores:

Lobão da Silveira  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
Manoel Villaca  
Domicio Gondur  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Atilio Fontana  
Guido Mendim — 13.

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Edmundo Levi) — Passa-se à Ordem do Dia.

Item 1:  
Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1935, de autoria do Sr. Senador José Elias, que dispõe sobre o ensino da Puericultura como disciplina dos Cursos das Escolas Normais, tendo pareceres favoráveis, sob números 185, 187 e 198, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, contrário; e de Saúde, favorável.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto voltará à Ordem do Dia em segundo turno para votação.

É o seguinte o parecer aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 53, DE 1935

Dispõe sobre o ensino da Puericultura, como disciplina dos Cursos das Escolas Normais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Entre as indicações de disciplinas a que aludem a alínea e do art. 9º e o art. 35, § 1º, da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1931, deverá constar obrigatoriamente, para os cursos das Escolas Normais, a do ensino da Puericultura.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi)

Item 2:

Votação, em turno único, do Parecer nº 1.177, de 1936, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Of. nº 840-62 de 6-2-1963, do Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal, Cartório do 5º Ofício Criminal do Estado de São Paulo, encaminhando peças do processo-crime movido pela Justiça Pública contra Lázaro Paulino Maia no qual se atribui a responsabilidade por fatos delituosos, como incitamento de crimes de caráter político, ao ex-Presidente da República e ao ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Em votação o parecer.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Ofício nº 840-62 do Juízo de Direito que encaminhou a matéria ao Senado.

É o seguinte o parecer aprovado:

**PARCER Nº 1.177, DE 1935**

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 840-62, de 6-2-63, do Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal, Cartório do 5º Ofício Criminal do Estado de São Paulo, encaminhando peças do processo-crime movido pela Justiça Pública contra Lázaro Paulino Maia.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

Consoante dispõe a Constituição Federal, no art. 62, I, ao Senado compete, em caráter privativo, julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com os daqueles.

Não cabe a esta Casa, na espécie, outra função que não a de julgar o acolhimento ou não da denúncia contra o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, e os Ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente ou seja, a declaração da procedência ou improcedência da acusação contra aquelas autoridades, é da alçada exclusiva da Câmara dos Deputados, conforme preceitua o art. 59, II, da Carta Magna.

Faço ao exposto, verifica-se ter havido um equívoco do MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal do Estado de São Paulo no encaminhamento do presente ofício ao Presidente desta Casa, quando o mesmo deveria de acordo com os dispositivos constitucionais citados, ter sido enviado à Câmara dos Deputados, pois esta é que tem a função de formar o processo contra o Chefe da Nação e seus Ministros.

Assim, opinamos pela devolução do processo ao Juízo de origem.

Sala das Comissões, 1 de dezembro de 1963. — Menezes Pimentel, Presidente eventual — Wilson Gonçalves, Relator — Josaphat Marinho — Edmundo Levi — Heribaldo Vieira — Adalberto Sena.

**C SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Item 3:

**ELEIÇÃO PARA 1º SUPLENTE E SECRETÁRIO**

Vou suspender a sessão por cinco minutos para prepararmos as eleições. (A sessão é suspensa às 16 horas e 20 minutos e reaberta às 16 horas e 35 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão.

A matéria seguinte é eleição para primeiro suplente de Secretário.

Os Senhores Senadores já devem estar habilitados com suas cédulas.

A urna está colocada defronte à mesa da Presidência.

Vai-se proceder à chamada de Norte para Sul.

Procede-se à chamada.

Respondem à chamada e votam os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Jahya Passarinho  
Caiete Pinheiro  
Ildão da Silveira  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
Patrício Portela  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dante Filho  
D'Amoriz Mariz  
Vance Villaca  
Amarino de Figueiredo  
José Emílio  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira  
Arron de Melo  
José Leite  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Vancencios Tôres  
Mario Martins  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Jão de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrê  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Brava  
Aldolpho Franco  
Mello Braga  
Antônio Carlos  
Atilio Fontana  
Guido Mendim  
Daniel Krieger

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Votaram 51 Senhores Senadores, sendo 44 em plenário e 7 na Comissão de Constituição e Justiça.

O número de cédulas coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à abertura das sobrecartas para apuração. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — O resultado da apuração foi o seguinte: para 1º Suplente, Sr. Senador Atílio Fontana — 50 votos; e um voto em branco.

Foi eleito 1º Suplente o Sr. Senador Atílio Fontana, a quem caberá, portanto, assumir o seu lugar à Mesa. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Prossegue a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

**Item 4:**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1964 (nº 1.926-B, de 1960, na Casa de origem), que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de atos definidos como infrações penais, e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 1.170, 1.171 e 1.172, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; e de Finanças.*

Em discussão o projeto. Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. Em votação. Os Senhores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e irá à sanção. É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 8, DE 1964**

(Nº 1.926-B, DE 1960, NA CÂMARA)

*Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais, e dá outras providências.*

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Os menores de 14 anos que praticarem fatos definidos como infrações penais ficam sujeitos a medida de proteção, assistência, vigilância e reeducação, de acordo com sua personalidade e a natureza, os motivos e as circunstâncias do fato (art. 4º).

Art. 2º Os menores de 18 anos e maiores de 14, pela prática de fatos definidos como infrações penais ficam sujeitos às seguintes medidas, sem prejuízo das referidas no artigo 1º:

a) Se o menor praticar fato definido em lei como infração penal a que não seja cominada pena de reclusão e for moralmente abandonado, pervertido ou se achar em perigo de se ser, o Juiz poderá, tendo em conta os elementos mencionados no § 1º, 2ª parte, deste artigo:

1) interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo menos por seis meses e até, no máximo, atingir idade de 21 anos, provendo sobre as condições da internação, observado o disposto nos §§ 3º, 4º, 1ª parte, 8º e 10º deste artigo;

2) entregá-lo à sua família, ou a uma outra idônea, mediante as condições que determinar, ressalvada a internação se a medida se mostrar insuficiente;

b) Se o menor praticar fato definido em lei como infração penal a que seja cominada pena de reclusão, o Juiz mandará interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo tempo e nas condições constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1º O prazo da internação não será inferior a dois terços do mínimo, nem superior a dois terços do máxi-

mo da pena privativa de liberdade cominada ao fato na lei penal. Denunciado o menor, o Juiz fixará o prazo mínimo de internação, atendendo à personalidade e, notadamente, ao maior ou menor grau de periculosidade, à natureza moral e perversão do menor bem como a natureza, aos motivos e às circunstâncias do fato.

§ 2º Estando o prazo da internação fixado na forma do parágrafo anterior, o Juiz de ofício, mediante proposta da administração do estabelecimento, ou a requerimento do pai ou responsável, ou do Ministério Público, que será sempre ouvido, e precedendo exame pericial na pessoa do menor, poderá relaxar a internação, se houver elementos que evidenciem a cessação da periculosidade, caso em que procederá na forma do § 7º.

Em casos excepcionais de manifesta cessação da periculosidade, o Juiz poderá relaxar a internação após o decurso da metade, pelo menos, do referido prazo, observado o disposto no § 7º.

O desligamento constará, sempre, de decisão motivada, observando-se, no que for aplicável, o disposto no artigo 6º e seus parágrafos, quanto ao reexame, que terá efeito suspensivo.

§ 3º Nenhuma medida será aplicada se ocorrer causa que isente de crime ou de pena as pessoas maiores de 18 anos, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º Se, mediante perícia e outros elementos de convicção, ficar positivada a insanidade mental do menor, o Juiz, sempre depois de observada pessoalmente, ordenará a sua internação em manicomio judiciário ou em casa de custódia e tratamento pelo prazo mínimo que fixar, não inferior a um ano, tendo em conta a pena cominada na lei ao fato, até que possa ser desligado com observância, no que for aplicável, do disposto no § 2º.

Verificada diminuição, apenas, da sanidade mental do menor, o Juiz aplicará o disposto no § 1º, mas o prazo mínimo da internação poderá ser diminuído de um terço.

§ 5º Em caso de particular periculosidade, ou quando não houver estabelecimento adequado, a internação será feita em seção especial de estabelecimento destinado a adultos.

§ 6º Completada a maioridade no curso da internação, sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade, aplicar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 7º do Decreto-lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, sem prejuízo do prazo da internação e das condições para o desligamento, observando-se, no que for aplicável, o disposto nos artigos 2º, § 2º, e 6º e seus parágrafos, competente o Juiz das execuções criminais e, para o reexame, o Tribunal das apelações criminais.

§ 7º O Juiz deverá sujeitar o menor desligado em virtude da cessação da periculosidade a vigilância, nas condições que estabelecer, e por prazo não inferior a um ano, e cassar o desligamento se houver observância das condições ou nova revelação de periculosidade caso em que dilatará o prazo mínimo da internação, dentro do máximo estipulado no art. 2º, § 1º, aumentado de um terço.

O menor e os responsáveis por sua guarda serão advertidos pelo Juiz das condições da liberdade vigiada, a qual se aplica no em que não contrariar esta Lei, o disposto no Capítulo VIII da Parte Geral do Decreto nº 17.943, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

A fiscalização da observância das condições da liberdade vigiada ficará a cargo dos agentes do Juízo, que poderá confiá-la a particulares idôneos, mediante compromisso.

Se durante a internação ou a liberdade vigiada o menor praticar novo fato nos termos do inciso b) deste artigo, proceder-se-á na forma do art. 3º e seus parágrafos. Neste caso o

Juiz poderá dilatar o prazo mínimo da internação a que estava sujeito o menor, além de aumentar o prazo do que fixar para a prática do novo fato, na forma do disposto nos parágrafos deste artigo.

Na fixação da pena criminal aos maiores de 18 anos serão levados em conta, para os efeitos do art. 42, do Código Penal, os elementos da vida pregressa constantes do livro de Menores (art. 5º).

§ 8º Nenhuma medida será aplicável se da data do fato houver decorrido metade do prazo da pena penal que lhe corresponder.

§ 9º Os menores e adultos serão sempre separados dos maiores e os particularmente pervertidos ou perigosos dos outros menores.

§ 10. Nos estabelecimentos de internação os menores serão sujeitos a trabalho e instrução adequados de acordo com os respectivos desenvolvimentos. Ser-lhes-á ministrada educação moral, permitida a religião.

Art. 3º Sempre que tiver conhecimento da prática, por menor de 14 a 18 anos de fato definido como infração penal, a autoridade policial iniciará investigações e fará apresentar ao Juiz competente.

§ 1º O Juiz, depois de ouvir o menor, as testemunhas, os pais e responsáveis, bem como as pessoas que julgar conveniente, resolverá sobre o seu destino provisório e marcará prazo para a conclusão das investigações policiais.

§ 2º Recebidas e autuadas as investigações, o Juiz mandará abrir vista do processo, por cinco dias, ao Ministério Público.

§ 3º A seguir, o Juiz determinará as diligências que entender, marcando o respectivo prazo.

§ 4º É sempre necessário o exame pericial, para averiguar o grau de desenvolvimento mental do menor, bem como se ocorre as condições previstas no § 4º do art. 2º.

§ 5º Completadas as diligências, o Juiz ouvirá novamente o menor e conclusos os autos após audiência, em dez dias, do Ministério Público, no prazo de vinte dias proferirá decisão fundamentada.

§ 6º O menor será submetido a tratamento apropriado quando o seu estado o exigir.

Art. 4º Quando se tratar de menor de 14 anos, a autoridade policial logo que tiver conhecimento da ocorrência fará apresentar o menor e as testemunhas ao Juiz competente que procederá, sem prejuízo do disposto nesta lei, na forma dos artigos 68 e seus parágrafos e 79 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), com audiência do Ministério Público.

A internação não poderá prolongar-se além da data em que o menor completar 18 anos de idade.

Art. 5º O escrivão registrará, em livro especial, qualquer decisão definitiva sobre menor de 18 anos, bem como a a qualificação da menor, dos pais ou responsáveis e dos testemunhas.

A decisão só será comunicada aos pais ou responsáveis ou à autoridade judicial ou policial reservadamente.

Parágrafo único. Para os efeitos do processo, deve ser considerada a idade do menor à data do fato.

Art. 6º A decisão definitiva do Juiz ficará sujeita a reexame do Conselho de Justiça, no Distrito Federal, ou de órgão judiciário correspondente nos Estados a pedido do Ministério Público, ou do pai ou responsável.

§ 1º O pedido de reexame terá efeito devolutivo e será apresentado dentro de dez dias contados da intimação, devendo os autos subir no prazo de cinco dias, após ouvidos, em triplicado, o Ministério Público, e, quando for caso, o pai ou responsável. O or-

gão revisor poderá determinar as diligências que entender convenientes para seu esclarecimento.

§ 2º Da decisão a que se referem os arts. 2º, §§ 2º e 4º, e 3º, § 5º, caberá sempre o reexame, por ordem do Juiz, na própria decisão, devendo os autos subir imediatamente após passado o prazo para o pedido de reexame referido no § 1º.

Art. 7º Compete ao Juiz a designação do estabelecimento a que deve ser recolhido o menor, atendida a necessidade de tratamento especial. Mediante decisão motivada o Juiz poderá transferir o menor de um para outro estabelecimento ou alterar o regime da internação.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilidade civil (Código Civil, arts. 159 e seguintes), o Juiz arbitrará, na sentença em que determinar a internação, a pensão mensal que o internado ou quem lhe deva alimentos pasará pela sua manutenção no estabelecimento a que for recolhido, observado, no que for aplicável, o disposto nos arts. 403 e 401 do Código Civil.

Art. 8º O Juiz poderá ouvir os técnicos ou os funcionários que hajam examinado ou assistido o menor.

Art. 9º Em todos os casos o Juiz estudará a personalidade do menor, sobretudo em seu ambiente familiar e social, mandando proceder reservadamente, a perícias e inquéritos necessários a individualização do tratamento e da reeducação.

Art. 10. A autoridade policial encaminhará ao Juiz competente o menor de 18 anos que for encontrado vagando ou vagando sem ter destino certo ou meios próprios de subsistência, bem como o que for achado em lugar ou companhia cuja frequência não é usual.

Art. 11. O processo de apuração de delitos a menores abandonados será iniciado por petição ao Juiz de Menores e obedecerá ao rito estabelecido no art. 685 do Código de Processo Civil, cabendo reexame da decisão na forma do art. 6º e seu § 1º, na que for aplicável.

Art. 12. A autorização para o trabalho, expedida pelo Juiz de Menores, suprirá, durante o prazo de um ano, a carteira de trabalho de que trata o Título III, Capítulo IV, Seção II da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei número 5.542, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. Expedida a autorização o Juiz de Menores promoverá emissão da carteira de trabalho do menor, encaminhando a autoridade competente os documentos necessários.

Art. 13. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.

Art. 14. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.

Art. 15. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.

Art. 16. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.

Art. 17. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.

Art. 18. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.

Art. 19. O Juiz de Menores, a qualquer tempo, poderá, a pedido do pai ou responsável, ou do próprio menor, suspender o tratamento e a internação, quando o menor estiver em situação de normalidade.



c) por via postal, se não for encontrado o infrator ou seu representante legal;

d) por edital, com prazo de 30 dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do infrator ou seu representante legal.

Art. 15. Com a defesa poderá o autuado apresentar documento, arrolar testemunhas, e requerer outras provas.

§ 1º Para a produção das provas será concedido prazo suplementar de 5 dias, findo o qual subirão os autos ao Juiz para decidir dentro de 10 dias.

§ 2º Da decisão do Juiz caberá recurso, nos termos do art. 6º e seu § 1º, no que couber se a multa for superior a Cr\$ 2.000,00.

Art. 16. As multas serão cobradas pela União ou pelo Estado mediante executivo fiscal.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito até a importância de Cr\$ 50.000.000,00 ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a criação, ampliação e reforma de estabelecimentos destinados à internação de menores, adaptando-os de modo a assegurar a execução desta lei.

Art. 18. Continua em vigor a legislação especial a respeito de menores, no que não contrariar o disposto nesta lei.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 5:

*Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 28, de 1966, de autoria do Sr. Senador Gay da Fonseca, que declara de utilidade pública o ISCRE (Instituto Social Cristão de Reforma de Estrutura), tendo Pareceres favoráveis, sob números 855, 856 e 857, de 1966, das Comissões — de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura e de Finanças.*

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Senhores Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-lhe-se por encerrada. (Pausa)

Esta encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto voltará à Ordem do Dia, para o segundo turno regimental.

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 1966

*Declara de utilidade pública o ISCRE.*  
Art. 1º E' declarado de utilidade pública o Instituto Social Cristão de Reforma de Estrutura (ISCRE), com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há proadores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Arnon de Melo, por cessão do nobre Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. ARNON DE MELO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, eu não poderia deixar de associar-me às homenagens prestadas ao ex-Senador Lourival Fontes, na sessão de ontem do Senado a que estive ausente. Conheci-o em 1930, quando já firmada

a sua personalidade de escritor. Mas com ele convivi sobretudo quando, já militante da política, exercia a Chefia da Casa Civil da Presidência da República, e eu, o Governador de Alagoas, os dois em campos partidários opostos. Vi-o, então, a Laurival Fontes, no esplendor das suas qualidades de homem público. Em meio às paixões mais efervescentes, não perdia a serenidade nem a lucidez. Fiel amigo do seu líder, o Presidente Getúlio Vargas, não era o sentimento pessoal, muito menos o interesse que lhe motivavam as atitudes, e sim o espírito público, isento, impessoal. Nos momentos mais difíceis daquela tumultuada quadra histórica da vida brasileira, ficava às vezes, dentro da área em que atuava, solitário nas suas opiniões e sugestões, porém, não abdicava, porque não as tinha para ser agradável a ninguém mas por um imperativo da consciência e para servir ao bem comum. Conhecia os acontecimentos dos bastidores, e lhe sobrava sensibilidade para aperceber-se da sua significação e das suas repercussões lá fora. Não o satisfiziam os ambientes de estufa do Poder tão povoado de miragens. Abria janelas para a rua e se informava de tudo, do bom e do ruim, liberto do comodismo e dos temores do desagrado. Nunca se iludiu. Enxergava na borrasca como na bonança. Não perdia jamais a noção da realidade. Não tinha bloqueios nem distorções da visão, nas dificuldades ou nas facilidades, porque não era dado a certezas nem se distanciava, mesmo nas alturas do Poder, da sua condição de ser humano. Depositário da integral confiança do Presidente, a simplicidade e o equilíbrio de Lourival Fontes nos davam a impressão de que ele tinha sempre presente o conselho de São Paulo na sua segunda epístola aos coríntios: "Quando estiveres de pé, toma cuidado porque podes cair." Assim serviria melhor, como realmente serviu, ao Governo e ao País.

Homem de pensamento e de ação, reunia a agudeza no discernir à coragem no afirmar e atuar. Ninguém falou a Getúlio Vargas com mais nitidez e franqueza. Seu companheiro dedicado na fase de ostracismo e de sofrimento, não se considerava, na hora do fastígio, credor privilegiado para reivindicar direitos pessoais ou políticos. Permitia-se, entretanto, a autoridade moral de exprimir os seus pontos de vista e defender os princípios e as idéias que a seu ver correspondiam aos altos interesses nacionais.

De que mais precisava o Brasil naquele tempo cheio de material combustível, quando o homem elevado ao Governo em 1930, pela força das armas, e, por estas, em 1945 dele apinhado, a ele voltara em 1950 pelo voto popular? De paz, Senhor Presidente, Senhores Senadores. Lourival Fontes empunhou, então, a bandeira da paz. Não a paz dos cemitérios e dos pântanos, feita de omissões e de demissões ante as necessidades e os apelos coletivos, e alvo do desprezo geral. Mas a paz criadora, que beneficia a comunidade, na qual a cordialidade se estabelece para o respeito mútuo e os debates construtivos. A paz que tem o povo por meta suprema, o bem estar do povo, a solução dos angustiantes problemas do povo brasileiro, dos sem-pão, dos sem-teto, dos sem-faule, dos sem-escolas. Fato Lourival Fontes, governista, o adversário o oposicionista, não era um marginal a que se fechasse as portas nem um inútil cuja atuação se pudesse desprezar ou dispensar. Era, ao invés, também um combatente do bem estar social, com responsabilidades graves a cumprir, tanto quanto o correígio-nário. Dominado pelo espírito de colaboração, que é uma das características mais sedutoras da nossa gente, esforçava-se em tranquilizar a Nação através do entendimento entre os seus líderes separados pela incandes-

cência das paixões partidárias. Disso devo eu, nesta hora de luto, Senhor Presidente, Senhores Senadores, dar meu depoimento da Tribuna do Senado.

Dirigente da UDN e por cinco anos Governador de Alagoas, não sofreu hostilidades nem encontrei dificuldades da parte do Governo Federal para servir ao meu povo e desenvolver o meu Estado. Antes pelo contrário, dele tive tudo no plano administrativo: desde os créditos para pavimentar e construir estradas e para fazer o saneamento de Maceió, então a única capital do litoral brasileiro sem serviço de esgotos, e para levar água aos seus bairros mais pobres e mais distantes, até os auxílios para construir o Centro Educacional de Maceió, as escolas e os ambulatórios e postos de saúde espalhados pelo interior do Estado, e para distribuir sementes e instrumentos de trabalho aos agricultores. Jamais houve incompatibilidades entre o Governo do pequeno Estado, exercido por um udenista, e o Governo da União, presidido pelo poderoso chefe petebista. Foi Lourival Fontes quem mais se empenhou nisso. Filho também de um pequeno Estado nordestino, vizinho do meu, de onde saiu criança e pobre, sentia os problemas alagoanos e ajudou-me a resolvê-los. Devem-lhe os meus conterrâneos esse grande serviço, e eis porque nunca o seu retrato saiu da minha mesa de trabalho em Alagoas.

Quando a tragédia vitimou Getúlio Vargas, Lourival Fontes para lá tinha a temer: naquele ambiente explosivo e passionai, afastou-se do Poder em meio à estima geral, respeitado de todos, cabeça erguida, consciência tranquila do dever cumprido para com a Nação. Ninguém jamais o incriminou de alguma coisa que lhe atingisse a integridade moral ou a honra política. E os desavindos Partidos de Sergipe, tão inflamados nas suas divergências, se uniram em torno dele, fazendo-o Senador da República.

Nesta Casa, Senhor Presidente, Senhores Senadores, Lourival Fontes realçou as suas qualidades. A esteio os discursos que neste plenário pronunciou, páginas admiráveis de literatura política de uma alta inteligência lastreada em ampla cultura e com capacidade de ver a realidade, interpretar os fatos e sentir os problemas que amarguram o Brasil e o mundo.

Com a morte de Lourival Fontes, desaparece uma autêntica vocação de homem público que, no Poder ou fora dele, serviu sempre à Nação, quer através de sua palavra e de sua pena de escritor, quer através de sua conduta e de sua ação.

E' profundamente emocionado, Senhor Presidente, Senhores Senadores que reverencio neste momento a memória do grande morto. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Ivanna. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador José Leite.

#### O SR. JOSÉ LEITE:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, achava-me ausente do Plenário do Senado quando esta Casa prestou homenagem à memória do ex-embaixador e ex-senador Lourival Fontes.

Venho hoje solidarizar-me com essa manifestação, juntando minhas palavras à dos eminentes senadores que exaltaram a personalidade do ilustre sergipano ontem chamado por Deus para outra vida.

Nasceu Lourival Fontes no município sergipano de Riachão de Dantas,

Moço ainda veio para o Rio onde completou sua formação e ingressou na vida pública. Exerceu o jornalismo.

Bem diferente foi a trajetória de seus irmãos que ficaram em Sergipe. Os homens se dedicaram ao comércio e contribuíram de maneira significativa para a circulação da riqueza em meu Estado. Sua irmã se dedicou a uma obra que a tornou muito querida dos sergipanos. Fundou um orfanato e durante mais de trinta anos nele se dedicou à educação das crianças que acolhia só deixando a direção da instituição quando a saúde e a idade não lhe permitiram continuar a exercê-la; entregou, então, todo o patrimônio penosamente adquirido a uma ordem religiosa que continua sua obra.

Aparece Lourival Fontes em cargo de maior projeção como Diretor de Turismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, Diretor do DIP no Estado Novo prestou ao Presidente Getúlio Vargas serviços que o tornaram um homem da mais absoluta confiança do eminente Presidente, confiança a que Lourival Fontes sempre soube corresponder com honradez, lealdade, fidelidade e abnegação. Quando veio a ocupar a Chefia da Casa Civil do Presidente Getúlio Vargas era Lourival Fontes um homem perfeitamente ajustado ao pensamento político de seu Chefe e pôde com suas qualidades intelectuais e morais, aliadas a uma decisão de bem servir ao seu País, auxiliar o Presidente quer nas tarefas administrativas quer na solução dos problemas políticos. Jamais lhe fizeram restrições quanto à livreza de seu procedimento e à adequação do mesmo ao momento que se vivia.

Aproximava-se o pleito eleitoral de 1954; Lourival Fontes não estava ligado a qualquer dos grupos políticos de seu Estado; o Presidente Getúlio Vargas obtém das cúpulas partidárias do PSD e do PTB de Sergipe o compromisso de apresentarem Lourival Fontes como candidato a uma cadeira no Senado. Esses partidos em coligação com a UDN e o PR satisfizeram o desejo do Presidente nas eleições que se realizaram após sua morte. Lourival Fontes era pouco conhecido do povo de Sergipe, pois, vindo moço para o Rio, aí viveu e raras vezes foi a seu Estado em rápidas visitas a seus familiares. Os sergipanos o conheciam apenas através de sua atuação no cenário político nacional, exceção dos que, no Rio, tiveram o privilégio de se aproximar dele. Sua candidatura foi, porém, uma demonstração do reconhecimento pelos serviços prestados à Nação e uma homenagem aos seus méritos intelectuais.

No Senado Lourival Fontes representou Sergipe com brilho e com dignidade.

Preocupou-se com problemas nacionais, mas não deixou de atender aos reclamos de seu Estado quer pleiteando do Governo Federal a execução de serviços, quer obtendo verbas para a realização de obras ou à manutenção de instituições úteis à comunidade.

Terminando seu mandato no Congresso, Lourival Fontes foi nomeado para a CADE cuja presidência ocupou e de onde se afastou com a vitória da revolução de 1964.

Passou a ter vida, cada vez mais repleta.

Foi a Sergipe, pela última vez, quando da posse do atual Governador, seu grande amigo, Lourival Baptista. Ontem seu corpo foi levado para Sergipe para ter sepultura em Riachão de Dantas em atendimento a um desejo manifestado quando de uma de suas visitas à terra berço.

Sergipe sente a perda do filho ilustre.

Com estas palavras, Senhor Presidente expresso minha solidariedade

às manifestações de pesar do Senado e os votos que faço para que Deus tenha acolhido, sob sua misericórdia, a alma de Lourival Pontes. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Desiste da palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, não desejo propriamente desistir da palavra e sim inverter a ordem de inscrição e dar primeiramente a palavra ao Senador Gilberto Marinho.

Falarei, então, rapidamente, sobre assunto que reputo, Sr. Presidente, da maior importância para o problema do ensino no Distrito Federal.

Nesse particular tomo a liberdade de pedir a atenção dos nobres líderes do Governo, nesta Casa, para observarem o seguinte: o Sr. Ministro da Educação, Sr. Muniz Aragão, dispõe ainda de quatro dias úteis a frente do Ministério. Em alguns minutos, apenas, desses quatro dias, Sr. Ex<sup>a</sup> poderia tomar uma providência do mais alto significado.

Existe em Brasília, próximo a Planaltina, um estabelecimento de ensino que reputo da maior importância para a educação da nossa sociedade. Trata-se da Escola Agrícola de Brasília, que mantém curso ginásial aliado ao curso profissional agrícola.

Sou dos entusiastas de estabelecimentos de ensino dessa natureza porque, ao mesmo tempo em que o estudante adquire base humanística, ele se prepara para os mistérios da lavoura. É esse um dos educandários que precisamos e devem ser amparados. Pois muito bem, os nobres Senadores têm o direito de não acreditar, mas é a verdade: os alunos, em número superior a 200, em regime de internato, receberam telegrama do diretor desse educandário, pedindo que não se apresentassem porque a Escola Agrícola de Brasília não está em condições financeiras de recebê-los. O Governo ainda não mandou pagar as verbas necessárias ao custeio do educandário.

Trata-se de um estabelecimento que mantém um curso de ginásio e, na conformidade com a legislação de ensino, os cursos ginásiais tiveram início no primeiro dia do corrente mês.

O Sr. José Guimard — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — No entanto, o Diretor telegrafou aos alunos pedindo para que aguardem o mês de abril a fim de verificar se há verba ou não, caso contrário o estabelecimento manterá as portas fechadas. Creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o assunto é da maior gravidade.

Ouçõ com prazer o Sr. Senador José Guimard.

O Sr. José Guimard — Sr. Senador Lino de Mattos V. Ex<sup>a</sup> está fa-

zendo um apêlo justíssimo, tal a importância e utilidade dessas escolas. Nós mesmos, no Acre, costumamos, na falta de escolas semelhantes, mandar para o Sul do País, para escolas desse tipo, jovens patriotas que, depois, são devolvidos em condições de ganhar honestamente a sua vida e servir aquela longínqua unidade. Dou meu apoio a V. Ex<sup>a</sup> nesse apêlo, que me parece de suma importância e de justiça incontestável. V. Ex<sup>a</sup>, porém, está dirigindo o apêlo, se não me engano, ao Ministro da Educação e Cultura, quando essas escolas — pelo menos antes da Reforma Administrativa, pois não sei se houve mudança agora — eram superintendidas pelo Ministério da Agricultura.

O Sr. José Ermírio — Certo.

O Sr. José Guimard — Nessas condições, V. Ex<sup>a</sup> poderia mudar o endereço do apêlo. Mesmo no caso de a reforma administrativa ter alterado a subordinação, evidentemente ainda não houve tempo para o cumprimento das providências a serem determinadas pelo Ministério da Agricultura.

O SR. LINO DE MATTOS — A colaboração de V. Ex<sup>a</sup> é altamente valiosa, porque V. Ex<sup>a</sup> integra, nesta Casa, a bancada governamental e eu, estou absolutamente convencido de que, com um telefonema, por exemplo, do nobre Senador Filinto Müller, Líder da Arena no Senado talvez nem seja necessário um telefonema pessoal de S. Ex<sup>a</sup>, mas de alguém credenciado de seu Gabinete ao Ministro da Educação, ou ao Ministro da Agricultura, se for o caso — o problema estaria resolvido. O problema é de verba, para que a Escola Agrícola de Brasília reabra as portas. A Escola tem significado extraordinário, uma vez que o número de alunos é superior a duzentos, provenientes de todos os Estados da Federação, inclusive do meu, segundo estou informado. Entretanto, ela está de portas brancadas por falta de recursos financeiros. Aliás, o meu nobre colega, Senador José Ermírio já focalizou o assunto, através da requerimento de informações encaminhado à Mesa.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Concedo o aparte ao nobre Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — Há dias, tive a informação de que as verbas para mais de 80 Escolas Agrícolas, cerca de quatro e meio bilhões de cruzeros, foram desviadas na Câmara dos Deputados, para outros assuntos. Essa Escola de Planaltina foi inaugurada por mim, em 25 de março de 1963. Esta subordinada ao Ministério da Agricultura, como disse o Senador José Guimard. Mas o que V. Ex<sup>a</sup> citou não se passa só em Planaltina. Há mais de 80 Escolas Agrícolas paralisadas por falta de verba. Por isso apresentei requerimento indagando sobre o funcionamento dessas escolas, sobre as verbas necessárias para que voltem a funcionar dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério.

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Concedo o aparte ao nobre Senador.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex<sup>a</sup> citou a hipótese de eu dar um telefonema para conseguir a liberação dessas verbas. Acho que a denúncia que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo ao Senado é muito séria, muito importante. Realmente, não podemos nos dar ao luxo de mantermos escolas superiores fechadas, principalmente num País como o nosso, em que a produção fundamental ainda é a agricultura. Vou tomar conhecimento, depois, do inteiro teor do discurso de V. Ex<sup>a</sup> e farei o que estiver ao meu alcance para colaborar com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador José Ermírio, nessa iniciativa.

O SR. LINO DE MATTOS — Eu me permitiria informar ao nobre Senador Filinto Müller que, hoje, tive a tristeza de conhecer pessoalmente alguns familiares de alguns filhos de Alagoas, Sergipe, Pará, etc., que vieram para o início das aulas que, normalmente, deveria ser a 1<sup>a</sup> de março e, encontrando o estabelecimento fechado, aqui estão, à espera de que o mesmo se abra, com ter até onde ficar. Então em Brasília, em casas de pessoas amigas, que os recebem em suas residências porque o estabelecimento não tem condições para abrigá-los. Disto tomei conhecimento através de telegrama assinado pelo Diretor, pedindo aos alunos que não se apresentem, porque a Escola de Agricultura de Brasília estava sem recursos para o seu custeio.

Considero o fato extremamente grave. Dai meu apêlo ao ilustre Líder da ARENA nesta Casa. Não vai nenhuma crítica mais profunda. O mecanismo de liberação de verbas é, realmente, complicado, razão pela qual não me aprofundo na crítica. Apenas conto o fato, na esperança de que,

nas próximas quarenta e oito horas, a Escola possa receber, se não todos os alunos, pelo menos esses que vieram dos seus Estados e estão abandonados, quem sabe até em alguma favela, em qualquer canto de Brasília.

Essa a providência que desejo seja tomada. Agradeço a colaboração de todos, principalmente do nobre Senador José Guimard, que me advertiu do equívoco em que estava incidindo. Não se trata de estabelecimento de ensino subordinado ao Ministério da Educação, mas sim ao Ministério da Agricultura. De qualquer maneira é o Governo Castello Branco que precisa tomar as providências. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, às 17,45 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Extraordinária

(17,45 horas)

#### ESCOLHA DE JUIZES FEDERAIS

Discussão, em turno único, dos Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça sobre as Mensagens pelas quais o Presidente da República nomeia ao Senado a escolha de nomes para o provimento de cargos na Justiça Federal, a saber:

Mensagem número		Data	Nome — Cargo — Estado
S.F.	Origem		
30-67	48-67	12-1-67	José de Jesus Filho — Juiz Federal — Goiás
52-67	62-67	12-1-67	Ilmar Nascimento Galvão — Juiz Federal — Acre
69-67	114-67	18-1-67	Carlos Gomes de Barros — Juiz Federal — Alagoas
70-67	115-67	18-1-67	Armando Guedes da Silva — Juiz Federal — Rio Grande do Norte
11-67	20-67	11-1-67	João Pinheiro de Toledo — Juiz Federal Substituto — Minas Gerais
35-67	46-67	12-1-67	Gilberto de Oliveira Lomônaco — Juiz Federal Substituto — Minas Gerais
68-67	113-67	18-1-67	Pedro da Rocha Acioli — Juiz Federal Substituto — Alagoas
143-67	30-67	12-1-67	Agnelo Nogueira Pereira da Silva — Juiz Federal Substituto — Piauí

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão. Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.

#### ATA DA 7ª SESSÃO, EM 8 DE MARÇO DE 1967

#### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura Extraordinária

#### PRESIDÊNCIA DO SR. NOURA ANDRADE

As 17 horas e 45 minutos acharam-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Silva  
José Guimard  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Jarbas Passarinho  
Cattete Pinheiro  
Lôbão da Silveira  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer

Petrônio Portela  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Argemiro de Figueiredo  
José Ermírio  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
José Leite  
Antônio Ballina  
Josephat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos

Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Branco  
Celso Ramires  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Daniel Krieger  
Mem de Sá

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vão ler a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

## EXPEDIENTE

Do Sr. Presidente da República, como seguem:

## MENSACENS

Mensagem nº 17C, de 1967

(Nº 197-67 NA ORIGEM)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Adauto José de Melo, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no mapa.

Brasília, em 8 de março de 1967. —  
H. Castello Branco.

## CURRICULUM VITAE

Mário Mesquita Magalhães

Estado Civil: Casado  
Filiação: Filho do Engenheiro Alfredo Sanerdronn de Azevedo Magalhães e de dona Eliza Mesquita Magalhães.  
Naturalidade: Cruzeiro, Estado de São Paulo.  
Profissão: Funcionário Público Federal.  
Diplomado pela Faculdade de Direito de Niterói.  
Registro na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado do Rio de Janeiro.  
Justiça para o Termo Juiz Federal.  
Funções exercidas: Adjunto de Promotor de Justiça para o Termo Judiciário de Sapucaia.  
Oficial de Gabinete da Secretaria do Governo do Estado do Rio.  
Contador do Quadro Permanente para ter exercício no Conselho Regional do Trabalho da Primeira Região sediado no Distrito Federal, atual Estado da Guanabara.  
Advogado com prática de vinte anos na esfera trabalhista.

Mensagem nº 171, de 1967

(Nº 198 NA ORIGEM)

Excelentíssimos Srs. Membros do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Adauto José de Melo, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Pernambuco.

Brasília, em 8 de março de 1967. —  
H. Castello Branco.

## CURRICULUM VITAE

Adauto José de Melo

Nascido em 11 de agosto de 1917.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife.

Exerceu o cargo de prefeito dos municípios de Catende e Glória de Goitá.

Ex-promotor público

Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, desde 1953, exercendo as funções de tesoureiro.

Representante de Pernambuco em dois congressos de advogados, realizados em São Paulo e na Guanabara. Deputado estadual em duas legislaturas, 1958-1962 e 1962-1966.

Durante cinco anos consecutivos ocupou a presidência da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa do Estado.

Representante de Pernambuco, em 1931, no "Congresso de Autoridades Locais", realizado em Washington, Estados Unidos.

É atualmente Procurador da Prefeitura Municipal de Recife. Advogado em exercício.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está lida a leitura do expediente. Não há pedidos inscritos para ser a oportunidade.

Passa-se à

## ORDEN DO DIA

ESCOLHA DE JUIZES FEDERAIS  
Discussão, em turno único, dos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça sobre as Mensagens pelas quais o Presidente da República submete ao Senado a escolha de nomes para o provimento de cargos na Justiça Federal, a saber:

Mensagem nº — S.F. — Origem — Data — Nome — Cargo — Estado.  
39-67 — 40-67 — 12.1.67 — José de Jesus Filho — Juiz Federal — Goiás.

52-67 — 63-67 — 12.1.67 — Ilmar Nascimento Calvão — Juiz Federal — Acre.

69-67 — 114-67 — 1º.1.67 — Carlos Gomes de Barros — Juiz Federal — Alagoas.

70-67 — 115-67 — 18.1.67 — Armando Guedes da Silva — Juiz Federal — R.G.N.

11-67 — 20-67 — 11.1.67 — João Peixoto de Toledo — Juiz Federal Substituto — Minas Gerais.

36-67 — 46-67 — 12.1.67 — Gilmar de Oliveira Lomônaco — Juiz Federal Substituto — Minas Gerais.  
68-67 — 113-67 — 18.1.67 — Pedro da Rocha Aciloi — Juiz Federal Substituto — Alagoas.

143-67 — 80-67 — 13.1.67 — Agnelo Nogueira Pereira da Silva — Juiz Federal Substituto — Piauí.

A Ordem do Dia é constituída de matérias que, nos termos da Constituição e do Regimento Interno, deverão ser discutidas e votadas em sessão secreta.

Pego, pois, aos Srs. Funcionários as necessárias providências nesse sentido.

(A sessão torna-se secreta às 17 horas e 55 minutos e volta a ser pública às 19 horas e 15 minutos.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão pública.

Lembro aos Srs. Senadores que haverá sessão conjunta do Congresso Nacional, hoje, às 21.30 horas, para apreciação de vetos presidenciais. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária de amanhã, às 10 horas e 30 minutos, a seguinte:

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

## ATO DA MESA

## PORTARIA Nº 1 DE 1967

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, tendo em vista a solicitação do Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 1, de 19 de dezembro de 1966, desta Presidência, resolve, ex auctoritate do parágrafo único do artigo 224, da Resolução nº 6, de 1963, prorrogar os respectivos trabalhos por trinta dias.

Senado Federal, em 2 de março de 1967. — Auro Moura Andrade Presidente do Senado Federal.

## MESA

Presidente — Moura Andrade  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Costa  
 2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima  
 1º Secretário — Dinarte Mariz  
 2º Secretário — Gilberto Marinho  
 3º Secretário — Barros Carvalho  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro  
 1º Suplente — Joaquim Parente  
 2º Suplente — Guido Mondim  
 3º Suplente — Sebastião Archer  
 4º Suplente — Raul Gluberti

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller

## Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Abrahão

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

## ARENA

## TITULARES

Eugênio Barros  
 José Feliciano  
 Lopes da Costa  
 Antônio Carlos  
 Júlio Leite

## SUPLENTE

Vivaldo Lima  
 Atílio Fontana  
 Dix-Huit Rosado  
 Adolpho Franco  
 Zacharias de Assumpção

## MDB

Argemiro de Figueiredo  
 José Ermírio

Nelson Maculan  
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

## ARENA

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
 Jefferson de Aguiar  
 Alonzo Arinos  
 Heribaldo Vieira  
 Eurico Rezende  
 Milton Campos  
 Gay da Fonseca

## SUPLENTE

Filinto Müller  
 José Feliciano  
 Daniel Krieger  
 Menezes Pimentel  
 Benedicto Valadarez  
 Melo Braga  
 Vasconcelos Torres

## MDB

Antônio Balbino  
 Arthur Virgílio  
 Bezerra Neto  
 Josephat Marinho

Aarão Steinbruch  
 Adalberto Sena  
 Edmundo Levi  
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Buenc Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ªs-feiras às 14 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

## ARENA

## TITULARES

Eurico Rezende  
 Heribaldo Vieira  
 Lopes da Costa  
 Melo Braga  
 José Guilomard

## SUPLENTE

José Feliciano  
 Filinto Müller  
 Zacharias de Assumpção  
 Benedicto Valadarez  
 Vasconcelos Torres

## MDB

Aurélio Vianna  
 Silvestre Péricles

Oscar Passos  
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

## ARENA

## TITULARES

Atílio Fontana  
 Junia Leite  
 José Feliciano  
 Melo Braga  
 Domicio Gondim  
 Adolpho Franco

## SUPLENTE

Jefferson de Aguiar  
 José Leite  
 Sigefredo Pacheco  
 Zacharias de Assumpção  
 Dix-Huit Rosado  
 Gay da Fonseca

## MDB

Nelson Maculan  
 Pedro Ludovico  
 Arthur Virgílio

José Ermírio  
 João Abrahão  
 Josephat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
 Padre Calazans  
 Gay da Fonseca  
 Arnon de Melo  
 José Leite

## SUPLENTE

Benedicto Valadarez  
 Alonzo Arinos  
 Melo Braga  
 Sigefredo Pacheco  
 Antônio Carlos

## MDB

Antônio Balbino  
 Josephat Marinho

Arthur Virgílio  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:30 horas

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

## ARENA

## TITULARES

Victorino Freire  
 Lobão da Silveira  
 Sigefredo Pacheco  
 Wilson Gonçalves  
 Irineu Bornhausen  
 Adolpho Franco  
 José Leite  
 Domicio Gondim  
 Manoel Villaga  
 Lopes da Costa

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
 José Guilomard  
 Eugênio Barros  
 Menezes Pimentel  
 Antônio Carlos  
 Daniel Krieger  
 Júlio Leite  
 Gay da Fonseca  
 Melo Braga  
 Filinto Müller

## MDB

Argemiro de Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 João Abrahão  
 Oscar Passos  
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi  
 Josephat Marinho  
 José Ermírio  
 Lino de Mattos  
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
 Atílio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domicio Gondim  
 Irineu Bornhausen

## SUPLENTE

Lobão da Silveira  
 Vivaldo Lima  
 Lopes da Costa  
 Eurico Rezende  
 Eugênio Barros

## MDB

José Ermírio  
 Nelson Maculan

Aarão Steinbruch  
 Pessoa de Queiroz

Secretaria: Maria Helena Buenc Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.